

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 187
25 de Agosto de 1977

Preço: 6\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 769725 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787



ENCONTRO FRATERNAL

Durante a sua recente estada na União Soviética, o camarada Álvaro Cunhal teve um fraternal encontro com o camarada Leonid Brejnev, Secretário-Geral do PCUS e Presidente do Soviete Supremo, além de outras conversações com destacados dirigentes do partido irmão da URSS (pág. 2)

Editorial

O QUE SE PREPARA NAS COSTAS DO POVO?

Numa das suas últimas tiradas anticomunistas, o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, disse no tom ameaçador que mais o tem definido politicamente nos últimos tempos, as seguintes palavras: «O PCP e o dr. Cunhal não podem continuar a incomodar o povo português». Referia-se o secretário-geral do PS ao conjunto de propostas políticas apresentadas com toda a seriedade ao País pelo PCP no último dia do mês de Julho, rigorosamente inseridas na ordem democrática e constitucional mas realmente incomodativas para a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS.

Entretanto, eis-nos na penúltima semana do mês de Agosto e é legítimo perguntar quem na verdade incomoda o povo português: se o PCP, com a sua análise responsável e realista da conjuntura nacional e as conclusões políticas correspondentes que apresentou ao País, se o Governo do PS, com o seu falado «segundo pacote» de medidas monetárias e financeiras resultantes de imposições inadmissíveis do Fundo Monetário Internacional, de cuja delegação teria feito parte um dos manos Melões da CUF.

Muitos milhares de portugueses trabalhadores e outros de modestos recursos interrogam-se sobre o conteúdo e o significado verdadeiro das faladas «medidas de austeridade de grau 2» previstas para este fim-de-semana e se o desvalorizado escudo com

(continua na pág. 2)



MILHARES DE PESSOAS ASSISTIRAM AO COMÍCIO NA FIGUEIRA DA FOZ EM QUE PARTICIPOU OCTÁVIO PATO

Pág. 4

A REACÇÃO MANOBRA CONTRA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CÂMARA DE ÉVORA

Pág. 8

O PCP E OS EMIGRANTES PORTUGUESES

Pág. 12

O ESCÂNDALO DAS INTERDIÇÕES PROFISSIONAIS NA RFA

Silvia Gingold: a vítima mais recente de uma sofisticada forma de repressão aplicada sobre democratas e progressistas na «socialista» Alemanha Federal

Pág. 11



DOMINGO, NO JAMOR TRABALHO «NO DURO» E TAMBÉM ESPECTÁCULO E O 2.º SORTEIO DA EP

OS ARTISTAS DA FESTA DO «AVANTE!»



Miriam Makeba
a voz mais conhecida
da nova África
que se liberta
do colonialismo
estará connosco
na Festa do «Avante!»

O espectáculo do
próximo domingo é às
12 horas. Depois há
piquenique - e,
portanto, é preciso
levar farnel!



No próximo fim-de-semana, continua no Vale do Jamor o trabalho que desde há já várias semanas tem vindo a modificar progressivamente o terreno onde a nossa Festa se vai realizar, graças ao esforço e ao sacrifício de milhares de camaradas e amigos.

Mas no domingo, iremos ter uma pequena antevisão do que irá ser a grande Festa do «Avante!», com a realização de um espectáculo e do 2.º sorteio das EPs.

Para saber mais pormenores, é preciso ler na pág. 5. E nas páginas centrais, continuamos a revelar os nomes dos artistas que, além de Miriam Makeba, estarão no Vale do Jamor em 9, 10 e 11 de Setembro.



A fisionomia do Vale do Jamor altera-se a pouco e pouco

ÁLVARO CUNHAL EM MOSCOVO

Durante alguns dias permaneceu na União Soviética o camarada Álvaro Cunhal. No decorrer da sua estada, o Secretário-Geral do PCP teve um encontro com o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS e Presidente do Soviete Supremo. Um encontro de amizade, de troca mútua de experiências, de debate dos grandes problemas

internacionais. Álvaro Cunhal falou da luta encabeçada pelo PCP em defesa dos interesses económicos e sociais e dos direitos democráticos dos trabalhadores portugueses, em defesa das grandes conquistas do povo português e da democracia, por uma política externa de paz e o aprofundamento do desanuviamento. Álvaro

Cunhal destacou, por outro lado, que os sucessos da União Soviética, no campo da economia, o desenvolvimento da democracia socialista, a luta do PCUS pela paz, pelo desanuviamento, pelo desarmamento, constituem uma inapreciável contribuição para a luta de todas as forças progressistas em defesa dos interesses do povo trabalhador de todos os países.

Leonid Brejnev falou a Álvaro Cunhal do trabalho construtivo do PCUS na sequência das decisões do 25.º Congresso, dos êxitos no trabalho e da actividade política do povo soviético no ano do 60.º aniversário da grande Revolução de Outubro, em estreita ligação com o debate nacional do projecto da nova Constituição.

No decurso da reunião foi salientada a necessidade de coordenação da luta do movimento comunista internacional, de todas as forças democráticas e pelo progresso social, pela independência nacional, pela paz, segurança e cooperação entre todos os países — hoje mais importante do que nunca, na batalha contra a corrida aos armamentos, contra a nova arma de aniquilação massiva.

Em nome do Comité Central do PCUS e de todos os comunistas soviéticos, o camarada Leonid Brejnev exprimiu a profunda solidariedade com a luta do Partido Comunista Português pelos interesses vitais do povo trabalhador, pela continuação do desenvolvimento de Portugal no rumo aberto ao país com a Revolução de 25 de Abril.

O encontro decorreu dentro do espírito de fraternal amizade que caracteriza as relações entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética tendo-se registado total unanimidade de pontos de vista em todos os problemas debatidos.

O camarada Álvaro Cunhal teve também encontros com o camarada A.P. Kirilenko, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCUS, o camarada B.N. Ponomarev, candidato à Comissão Política e do Secretariado do CC, e o camarada V.V. Zagladine, vice-director da Secção Internacional do PCUS.

A sua chegada a Moscovo, o camarada Álvaro Cunhal foi recebido pelo camarada B.N. Ponomarev.

Estiveram presentes na despedida de Álvaro Cunhal, M.V. Ziminin, do Secretariado do CC, E.M. Tjajelnikov, do CC, e V.V. Zagladine.



Os camaradas Kirilenko, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCUS, e Zagladine, vice-director da Secção Internacional do PCUS, ladeiam o Secretário-Geral do PCP, vendo-se também na foto dois colaboradores do Comité Central do PCUS

Editorial

O QUE SE PREPARA NAS COSTAS DO POVO?

Continuação da pág. 1

que vários deles partiram para férias no início do mês é o mesmo com que vão agora regressar a casa.

De maneira significativa o grupo dirigente do PS cala a natureza e a dimensão dos compromissos assumidos com o FMI num compreensível recelo de manchar com as imundícies da sua capitulação de classe e da sua posternação ante o capital estrangeiro a «onda socialista» que no próximo domingo vai depositar nas finas areias da Figueira da Foz a fina flor da social-democracia europeia.

De facto, o tal «segundo pacote», mesmo antes de ser levado ao conhecimento do País, começa já a ser posto em prática pelo grupo dirigente do PS no Governo, em descarado conluio com o PPD e o CDS, e a ter efeitos nefastos sobre a economia nacional em crise.

A política de desintervenção estatal atingiu agora uma das mais importantes empresas metalúrgicas portuguesas interveniadas pelo Estado — a Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) — num momento em que interessantes encomendas para os novos países africanos de expressão portuguesa estavam em vias de efectivar-se.

O ministro da Indústria e Tecnologia com a sua reconhecida fúria «desintervencionista», o seu desprezo pela opinião dos trabalhadores, com a sua desvalorização na entrega das empresas aos antigos patrões sabotadores, pretende agora arrumar duma penada o direito ao trabalho de centenas de trabalhadores da MDF que ficariam, segundo o MIT, em «armazém» — um novo e curioso eufemismo para designar o flagelo do desemprego em Portugal.

Ameaça-se a justa luta dos trabalhadores da COPAM com a importação de amidos; prepara-se a entrega da Joaquim Francisco dos Santos ao antigo patrão que a levou à ruína; alarga-se pouco a pouco o reinado dos antigos administradores da Torralta; prepara-se o regresso do J.Pimenta à empresa; desintervencionam-se os Laboratórios Higiene, antigamente controlados pela CUF; encaram-se medidas de reorganização da banca na perspectiva da lei do sector privado e do sector público, atentatória das nacionalizações.

No plano monetário a desvalorização do escudo é já uma realidade em consequência da escandaleira da pretensa tentativa de câmbio de 7 000 contos na Sulpa por um membro do Governo levantada pelo jornal «Expresso», controlado pelos «amiguinhos» pépêdes do PS e ainda não esclarecida perante a opinião pública. Uma série de manobras especulativas contra o escudo levou já a uma quebra efectiva de 8% na sua cotação internacional.

O «segundo pacote» de medidas impostas pelo FMI comportaria não só uma nova desvalorização do escudo, como a redução dos investimentos no sector público, o abaixamento do salário real dos trabalhadores de certas empresas nacionalizadas, a elevação da taxa de juro e novas facilidades para a saída dos lucros dos capitais estrangeiros investidos em Portugal.

Como se vê as «medidas de austeridade de grau 2» atingiriam directa e principalmente os trabalhadores e os possuidores de modestos rendimentos, sacrificados pelo Governo «socialista» do PS à voragem dos monopolistas estrangeiros e portugueses, cujos interesses foram defendidos,

julga-se que com todo o êxito, pela delegação do FMI que visitou Portugal.

O «segundo pacote» de medidas monetárias e económicas do Governo PS seria assim o prato forte do entendimento entre o grupo dirigente do PS e o PPD, «convergente» com o CDS. Uma vasta operação está em curso nas costas do povo para alterações a nível do Governo favoráveis às forças da direita.

O adlamento da discussão do Plano para as calendas gregas possibilitaria a substituição da equipa do Planeamento — o ministro Sousa Gomes e a secretária de Estado Manuela Silva — por outra mais maneável, mais da confiança da CIP.

O «pacote» das cedências do grupo dirigente do PS ao PPD e ao CDS, que já pôs nas mãos da direita o controlo efectivo do Governo, está em vias de preenchimento e abarcaria um leque muito vasto de posições no aparelho estatal e administrativo e na direcção da economia como condição para intensificar a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista conduzida pelo Governo PS e além disso a extensão da mesma fórmula de compromisso às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, já em tempos sugerida pelo dirigente de direita do PS, Jaime Gama.

A capitulação do grupo dirigente do PS perante as exigências da direita representaria — a consumir-se — o mais profundo golpe nas instituições democráticas e nas conquistas fundamentais da Revolução. Travar este perigoso deslizar do PS para as posições de direita é uma tarefa de todos os sectores do pensamento democrático e progressista português e naturalmente dos trabalhadores socialistas e de todos os antifascistas que procuraram sob a bandeira do PS empreender transformações democráticas rumo ao socialismo, na política, na economia e na sociedade portuguesa.

Um largo entendimento entre as forças de esquerda, em primeiro lugar entre socialistas e comunistas, é essencial para arrancar Portugal da crise e defender as conquistas democráticas do nosso Povo.

A hipótese de uma coligação de direita com o PS, à frente do Governo, não resolve antes agrava a crítica situação nacional.

O PCP continua aberto a esse largo entendimento entre as forças democráticas, em primeiro lugar entre a esquerda portuguesa sem preconceitos nem sectarismos. Não é com calúnias e mentiras que se destrói o carácter profundamente patriótico e unitário das propostas do PCP.

Novas eleições ou um governo de plataforma democrática são as vias seguras para salvar Portugal da crise e das garras do capital monopolista e latifundiário e do imperialismo. Um governo de plataforma com os trabalhadores e não de plataforma contra os trabalhadores, virado para a defesa das conquistas da Revolução e da independência nacional.

Ao contrário do que procura fazer crer, o Governo minoritário do PS não é a única fórmula constitucional. As propostas políticas do PCP respeitam integralmente a Constituição da República e a vontade democraticamente expressa do nosso Povo.

A adesão de muitos milhares de portugueses às propostas do PCP mostra a viabilidade de um largo projecto de defesa da Democracia em Portugal.

Пролетарии всех стран, соединяйтесь!

Коммунистическая партия Советского Союза

ПРАВДА

Орган Центрального Комитета КПСС

Толстая основана 5 мая 1912 года В. И. Лениным

ДЕЙСТВИТЕЛЬНОСТЬ ПОощРЕНИЯ

В закрома Родины

АВГУСТ ТОРОПИТ ЗЕМЛЕДЕЛЬЦЕВ

НА СОВЕТСКОМ ТОЧКАХ

Советско-югославские переговоры

БРАТСКАЯ ВСТРЕЧА

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

Впервые в истории

A primeira página do «Pravda» em que se noticia o encontro entre Álvaro Cunhal e Leonidas Brejnev

DECLARAÇÕES DE ÁLVARO CUNHAL

Vindo de Moscovo, chegou na passada segunda-feira a Lisboa o camarada Álvaro Cunhal. No aeroporto, onde era aguardado pelos camaradas Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, Aurélio Santos e Adelino Pereira da Silva, ambos do CC e Domingos Lopes, da Secção Internacional, o camarada Álvaro Cunhal respondeu a diversas perguntas dos jornalistas presentes que, entre outras coisas, se mostraram interessados em saber quais as razões que levaram o Secretário-Geral do PCP a deslocar-se à União Soviética.

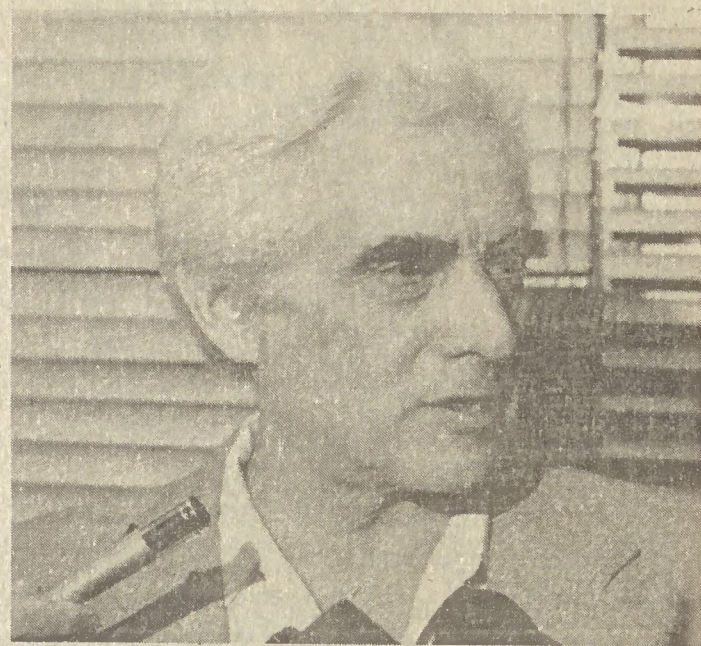
Referindo-se ao boato postoso a correr pela reacção e por certos diligentes «observadores políticos» a propósito desta viagem, Álvaro Cunhal afirmou:

Eu devia ter partido para a União Soviética, para férias, no dia 1 de Julho. Depois, como se sabe, com o projecto da Contra-Reforma Agrária, a chamada «lei Barreto», as coisas complicaram-se um pouco e entendi-se-se que se adia uma mês essa viagem. Parti no dia 5 de Agosto, com outros camaradas que iam também descansar. Portanto esse foi o objectivo da viagem, o que não quer dizer que não tenha aproveitado a minha presença na União Soviética para ter conversações com dirigentes do PCUS.

Que se desfaçam todas as especulações, que nós sabemos bem como as coisas acontecem. Há uma pessoa que se lembra de inventar um motivo de alarme e toca a sineta. Depois a reacção toca o sino, já a rebate. Passados uns dias temos uma de duas coisas: ou um chocalho ou um guizo, porque é a isso que se reduzem, no fim de contas, as especulações e as stordas...

«Eurocomunismo»

O «eurocomunismo» foi outra das questões abordadas. Os jornalistas queriam saber o que a propósito teria sido discutido entre o nosso camarada e os responsáveis pelo PCUS. Álvaro Cunhal, bem disposto, esclareceu: Bom, sabe, essa se calhar é a tal sineta que se toma sino e depois ou é chocalho ou é guizo... Porque creio que houve alguém que se lembrou de ligar a minha viagem a qualquer discussão a respeito daquilo que se chama eurocomunismo. Eu não tenho nada a ver com isso. Já expliquei há pouco do que se tratou. Agora, se quer que lhe diga alguma coisa sobre o eurocomunismo, sem ter nada a ver com a minha viagem, então conhece-se a posição do meu Partido. Entendemos que a expressão é, além do mais, incorrecta, é uma expressão que não corresponde a nenhuma realidade, porque há uma Europa socialista, há uma Europa capitalista, há uma Europa capitalista há uma diversidade de situações de desenvolvimento do capitalismo e de composição social da sociedade, isto como factores objectivos. Como factores subjectivos, há diferenças de situações no desenvolvimento do movimento operário, da sua



Álvaro Cunhal falando aos jornalistas

organização, das forças de classe, há diferenças de situações nos países da Europa capitalista que obrigam certamente também a diferenças de actuação e de tática das forças operárias, das forças progressistas. Entendemos também que não tem nada de extraordinário, pelo contrário, é o que fazemos também no nosso país, que cada partido comunista, no seu próprio país, procure as soluções adequadas à situação real que vive. E a esse respeito, tudo quanto um partido faz, partido comunista, partido irmão, para, na base das realidades nacionais procurar uma via para a solução dos problemas, enfim, pensamos que é um esforço legítimo e necessário.

Outra coisa é querer opor um projecto político um tanto estabelecido antes da experiência, ao socialismo tal como existe. O meu partido tem-se manifestado contra essa posição. Nós, ao pormos o nosso projecto político para Portugal não o opomos ao socialismo. Pensamos que o socialismo, tal como existe, representa uma transformação radical da sociedade, uma transformação progressista. Não o opomos ao socialismo, mas ao capitalismo...

Portugal
Angola
e Moçambique

Convidado a pronunciar-se sobre a viagem de um membro do

Governo a Angola e Moçambique, o Secretário-Geral do PCP sublinhou que, se se tratava de reforçar os laços de amizade e de cooperação entre Portugal e aqueles dois países, o desejo do PCP é que ela seja coroada de sucesso. Sempre nos temos manifestado por isso, afirmou, e lamentamos até que o momento actual e alguns dos seus dirigentes mais responsáveis não tenham feito pouco para prejudicar inclusivamente as relações com esses países. Se actualmente a orientação se modificou e se procura o estabelecimento de laços sólidos que se têm que fundamentar no respeito pela independência, pela soberania nacional, pelo respeito pelos interesses mútuos, pela não ingerência nas questões internas, se dentro destes for feito um esforço, desejamos que seja bem sucedido.

Partido nacional e internacionalista

Na sua conversa com os jornalistas, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou-se ainda a propósito das conversações travadas com os responsáveis do PCUS:

Encontrámo-nos com os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética, partido comunista com quem temos relações fraternais. As conversações têm um significado importante, a nosso ver, fundamentalmente uma confirmação das relações de

amizade e confiança mútua que existem entre os dois partidos. Relações que não são novas, que já vêm do tempo em que estávamos na clandestinidade e que tivemos sempre da parte do povo soviético, do PCUS, provas de solidariedade e apoio, provas essas que continuaram a manifestar-se depois do 25 de Abril. O nosso Partido tem uma política nacional, mas é um partido internacionalista, e dentro de tal orientação, entendemos que a solidariedade deve ser mútua. A solidariedade é recíproca entre todas as forças interessadas no processo social da humanidade. E aqui tem. Não há mistérios. Aliás, isto consta de uma notícia comunicada publicada depois do encontro que tive com o camarada Brejnev e outros dirigentes soviéticos, particularmente o camarada Kirilenko e o camarada Ponomarev. O tema das conversações foi, pois, a informação da parte portuguesa do que se passa em Portugal, e a informação da parte soviética do momento político que se vive na União Soviética, com o 60.º aniversário, com a nova Constituição, e a apreciação conjunta do movimento comunista internacional nos seus aspectos mais gerais e concordância da necessidade de união das forças do progresso social, das forças democráticas, das forças anti-imperialistas e, fundamentalmente, para essa unidade mais ampla, a unidade do movimento comunista internacional.

Avante!

LÊ • ASSINA • DIVULGA

Nome:
Morada:
Localidade:
Freguesia:
Profissão:
Concelho:
Distrito:

deseja ser assinado do «Avante!» na modalidade assinalada, pelo que junta a quantia de Esc.:\$..... em cheque ou vale de correio n.º sobre
(Banco ou Estação de correio)

NOVA TABELA DE ASSINATURAS

(50 NÚMEROS)

	VIA NORMAL	VIA AÉREA
Continente, Ilhas e Espanha	270\$00	315\$00
Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde	270\$00	615\$00
Brasil	270\$00	665\$00
Países europeus	420\$00	500\$00
Outros países (extra-Europa)	420\$00	770\$00
(Recorte e cole num postal)		

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade

Partido Comunista Português

Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769896/7

Administração

Editorial Avante, SARL

Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769725/769722

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL

Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744/769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 310441

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Enxa, 6 — Coimbra, Tel.: 26394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal, Tel.: 24394

Centro Distribuidor do Alentejo: Alameda de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas

CDL, Departamento de Venda Directa

RAMIRO CORREIA UM «CAPITÃO DE ABRIL» QUE DESAPARECE

Faleceu Ramiro Correia. A notícia da sua morte, dada com circunspecção pelos órgãos de comunicação oficiais, as trágicas circunstâncias em que a mesma ocorreu, levando também a sua companhia e um dos filhos do casal, veio constatar o povo português, sobretudo os trabalhadores e os democratas e antifascistas que reconhecem na figura daquele jovem oficial-médico da Armada o militar de Abril que tão consequentemente lutou por um projecto caro a todos quantos desejam

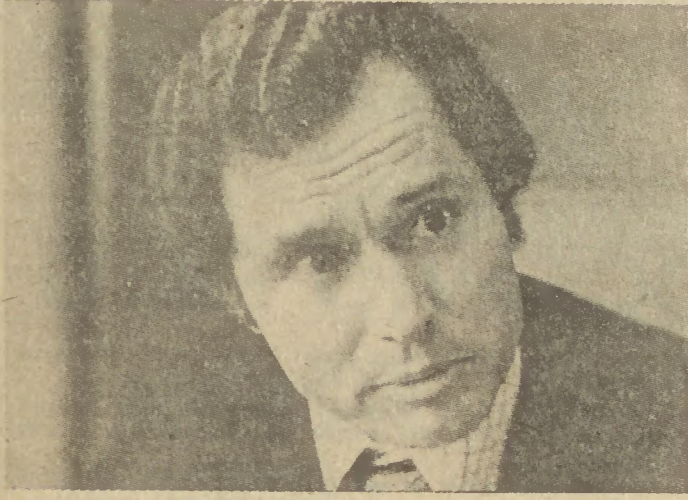
ver em Portugal a construção de uma sociedade nova, livre da exploração. Os portugueses não esquecem a contribuição valiosa e o empenhamento pessoal de Ramiro Correia durante a Revolução de Abril. Antifascista convicto, democrata que esteve nas primeiras linhas de uma luta que não findou e que se projecta no futuro, Ramiro Correia, que foi membro do Conselho da Revolução e de outros organismos responsáveis durante as transformações mais

significativas na estrutura económica e social do nosso país, deixa saudade não apenas entre os seus compatriotas mas também junto daqueles a que se juntou, mais tarde, num acto de conseqüente internacionalismo, ao partir para Moçambique, onde, como cooperante, fora escolhido pelo próprio Presidente Samora Machel para o Conselho Coordenador do Hospital Central de Maputo.

A homenagem que os trabalhadores daquele hospital prestaram aos dois falecidos cooperantes portugueses demonstra bem o alto apreço que o trabalho desenvolvido por eles, dentro de um espírito de verdadeiro internacionalismo, encontrava junto dos moçambicanos.

Camaradas de armas, médicos, trabalhadores enviaram mensagens de pesar que foram lidas, após um minuto de silêncio, no Hospital Central de Maputo.

Aguarda-se a trasladação dos corpos para Portugal.



Em Riba de Ave

A REACÇÃO AO ATAQUE

Enquanto o Governo e o Partido do Governo se aliam à direita para desrespeitar a Constituição e as conquistas populares que ela consigna, a direita e as próprias autoridades nomeadas pelo Governo, para "defender" os seus assaltos à legalidade, tudo fazem para privar de liberdades democráticas os democratas autores de um vigoroso protesto que, de Norte a Sul do país, se eleva contra o arbítrio e o avanço das forças do capital e da reacção.

Um exemplo, entre os que chovem e abundam na realidade que vivemos, é o que acaba de passar-se em Riba de Ave e ao qual se refere um comunicado da Comissão Local do PCP.

Nessa localidade, a fúria da reacção tem-se traduzido não apenas na destruição de inscrições que protestam contra a famigerada lei da contra-Reforma Agrária, a "lei Barreto". Não. Não desconhecendo que o PCP é o Partido que mais consequentemente defende, entre

Novamente, na noite de domingo, os reaccionários desencadearam as suas acções, abatendo faixas recolocadas no fim-de-semana, propagandeando a festa do "Avante!". Algumas placas toponímicas desapareciam das ruas em que assinalavam os respectivos nomes.

Na tarde seguinte, um tal Rogério, conhecido activista do PPD, afirmava, impante, ter sido ele o autor da proeza.

Novas faixas foram colocadas e, demonstrando a sua persistência no exercício dos direitos democráticos, os comunistas não se limitaram a repetir os mesmos gestos, ficando a vigiar, durante a noite para que esses direitos fossem respeitados.

Eram cerca das 2 e 30 da madrugada — diz o comunicado — quando o Rogério parou o carro junto ao local onde se achava colocado um desses panos, saiu, trepou a uma das árvores que o segurava e abateu-o. Acorrem imediatamente militantes comunistas que se encontravam a curta distância do local, antes mesmo que o Rogério pudesse descer da árvore, meter-se no carro e fugir. Quase simultaneamente acorrem ao local as seguintes pessoas pelo menos: Armando Sousa, Fernando Serra, Guilherme (bombeiro), Lima (emigrante) e Mendonça, com o intuito de acalmarem os ânimos.

Depois de participada o caso às autoridades, o caso ficou por aí como refere o comunicado, que põe, seguidamente alguns reparos:

1. A destruição da placa que se achava colocada junto à capela de São Roque, em homenagem ao Eng. Pinheiro Braga não mereceu, até ao presente momento, decorridos mais de 15 dias, qualquer denúncia pública por parte do único órgão a quem tal compete: A JUNTA DE

FREGUESIA. Cabe então perguntar: Considera ou não a Junta de Freguesia de Riba de Ave que tal acto é um insulto ao povo de Riba de Ave e designadamente ao povo do lugar de São Roque, a quem coube a iniciativa da colocação da placa referida? Considera ou não a Junta de Freguesia de Riba de Ave que o seu autor ou autores devem ser severamente punidos?

2. E a destruição das placas toponímicas de alguns lugares da freguesia, levada a cabo na noite do último domingo para segunda? Val merecer também o silêncio da Junta de Freguesia ou, pelo contrário, esta vai, como é seu dever, denunciá-la publicamente ou participá-la às autoridades competentes no sentido de estas procederem à respectiva averiguação e consequente punição severa do responsável ou dos responsáveis?

E, depois de expressar o mais veemente repúdio pela destruição da propaganda do PCP, a Comissão Local de Riba de Ave do nosso Partido demonstra, pelos factos ocorridos, o tipo de "liberdades" que o PPD quer. Mais adiante afirma:

A aliança de facto do PS com tais partidos (PPD e CDS) mostra o alcance da capitulação histórica do PS como Partido democrático e os perigos que tal aliança representa para a democracia portuguesa.

O comunicado afirma ainda a inabalável decisão do PCP em se manter fiel ao seu programa, na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português. E termina:

O PCP continuará a exercer todos os direitos que a Constituição lhe confere. Actos como os que atrás se apontam terão, no futuro, a resposta que merecem.

PS RECORRE A LEI DO TEMPO DA MONARQUIA PARA IMPEDIR UM DIREITO CONSTITUCIONAL

A semelhança do que tem vindo a acontecer em diferentes pontos do País, também nas Beiras se tem assistido a medidas restritivas do exercício das liberdades democráticas por parte de organizações progressistas, em especial do PCP.

O caso ocorrido na Figueira da Foz é verdadeiramente escandaloso.

UMA PROVOCAÇÃO

Na Figueira da Foz, a Câmara Municipal (com maioria PS) notificou, na semana passada os militantes do nosso Partido no sentido de arrancarem as faixas colocadas em diferentes pontos da cidade anunciando o comício do passado dia 20, em que participou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

A notificação era peremptória: ou se arrancavam as faixas no prazo de 24 horas ou, de contrário, ter-se-ia que "pagar uma multa".

O argumento legal utilizado pelos senhores do PS constitui, só por si, uma ofensa à legalidade democrática, uma autêntica provocação ao regime democrático: baseia-se numa postura camarária de 1902, actualizada em 1923, relativa a "obras e andaimes e obras particulares na via pública".

Elementos de um partido que se afirma democrático, pluralista e até socialista, eitos pelo voto popular para

em especial contra o direito de divulgação pública de ideias e posições e de propaganda de actividades políticas, recorre por vezes às mais estranhas (e até ridículas) argumentações legais, colidindo contra os preceitos expressos no texto constitucional, nomeadamente o seu Artigo 37.º, que refere:

"1.º — Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento por palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar, sem impedimentos nem discriminações.

"2.º — O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

"3.º — As infracções cometidas no exercício destes direitos ficarão submetidas ao regime de punição da lei geral, sendo a sua apreciação da competência dos tribunais judiciais.

"4.º — A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta."

Uma postura real



CON BASE NESTE ARTIGO DE 1902. IMPÕE A CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ: OU O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PAGA UMA LICENÇA E UMA MULTA PARA AS FITAS ANUNCIADORAS DO COMÍCIO DE SÁBADO PRÓXIMO, OU A PRÓPRIA CÂMARA ENCARRREGA-SE DE AS RETIRAR.

CONTACTADO O PAÇO REAL, SUA ALTEZA FOI PEREMPTÓRIA:

NÃO CONFIRMO, NEM DESMINTO...

SIAP PS-FDZ
PCP - 18-8-77

cargos responsáveis, recorrem a leis da monarquia para impedir o exercício de um direito permitido pela Constituição da República Portuguesa, lei fundamental do país, aprovada por deputados democraticamente eleitos em 25 de Abril de 1975!

As cedências à direita até já obrigam pessoas responsáveis dentro do PS a utilizarem leis do passado. Para onde caminha o partido do "grande apelo popular"?

MAIS EXEMPLOS

Mas infelizmente há mais exemplos semelhantes na região das Beiras. Tal como sublinha um comunicado da Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional das Beiras, do PCP, recentemente divulgado, verificaram-se também procedimentos irregulares em Coimbra, quando militantes do Partido colavam cartazes da Festa do "Avante!", da Festa do Emigrante (Alparaz) e do comício da Figueira.

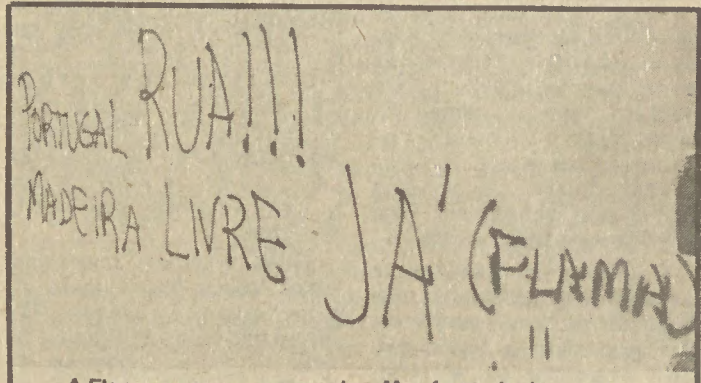
Por outro lado, o PPD anunciava num comunicado que a Câmara de Seia se preparava para "limpar" a cidade, utilizando para isso "estrangheiros" contratados pelo município. A "limpeza" dos cartazes afixados por organizações democráticas já foi efectuada. Para tudo o que cheira a "antigamente", não haja dúvida que a "convergência" é muito eficiente...

Nas Beiras, quando da discussão da Lei Barreto e do Arrendamento Rural, assistimos também a práticas políticas dessa natureza. Assim, para além das manobras de intimidação no sentido de desmobilizar a poderosa campanha de massas contra essas leis, assiste-se ao arranque e destruição de faixas, cartazes e outros materiais de propaganda em todos os distritos das Beiras — refere o documento da DORB do PCP que, mais adiante, sublinha:

O PCP considera preocupante que tais actos, postos em prática por estruturas e organismos responsáveis, sejam usados como arma política para tentar silenciar o profundo descontentamento popular perante a contra-revolução legislativa e a política do Governo PS no sentido de anular as conquistas de Abril, impedindo nomeadamente que forças e organizações progressistas, sobretudo o PCP, utilizem o direito de informação e propaganda, direito expressamente atribuído pela nossa Constituição.

A terminar, o comunicado da DORB declara:

O PCP reafirma com veemência que não renunciará a nenhuma das liberdades e a nenhum dos direitos consignados na nossa Constituição.



A Flama escreve nas paredes. Mas faz mais do que isso

Na Madeira TERRORISMO BOMBAS IMPUNIDADE

É sobretudo nas zonas do país onde as liberdades democráticas não chegaram, nas zonas onde o desenvolvimento das forças políticas de esquerda não foi possível na sua plenitude por não ter sido varrido o caciquismo e por, de um modo geral, terem as estruturas herdadas do fascismo ficado intactas, que se verifica, impune, a continuação de atentados terroristas.

Falamos desta feita da Madeira, onde, como noutras zonas de Portugal insular e continental, há um novo surto de atentados à democracia, coincidindo desta vez com a acentuada atitude anticonstitucional do Governo central que demonstrou o seu bem pouco respeito pelas conquistas de Abril, preferindo alinhar descaradamente com as pretensões da direita e escolher a repressão e os actos arbitrários contra os trabalhadores, defendendo-se assim do seu protesto.

Falar hoje da ilha da Madeira é não deixar passar em claro as já 6 dezenas de actos terroristas que têm assolado aquela região da nossa terra. Muitos automóveis, pertencentes a pessoas progressistas, têm sido destruídos, na impunidade, pois nem um dos criminosos foi ainda preso.

Ainda há pouco, nos dois primeiros dias de Agosto, dois atentados bombistas destruíram completamente as viaturas de dois democratas. Um deles é a professora Natália Pais; o outro é o deputado socialista Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes. Dois meses antes, o democrata Artur Pestana Andrade, veria também o seu automóvel destruído e, no mês de Março, o marido da professora já referida, Félix Pita, também obtivera as atenções dos terroristas, que incendiaram o seu carro.

No dia 6 de mês corrente, entretanto, um petardo colocado de madrugada no edifício das instalações da delegação da TAP viria a destruir as montanhas destas.

Seria fastidioso enumerar os atentados. O que não é fastidioso é protestar perante este estado de coisas, perante o facto de as autoridades regionais, até ao momento, não terem desenvolvido os esforços suficientes para o apuramento das identidades dos criminosos e a sua consequente detenção, inculpação e punição.

O Governo Regional, do PPD, não estará, de facto interessado em esforçar-se muito neste sentido, já que os atentados visam sobretudo militantes do PS e do PCP, isto é, gente progressista.

O que não é fastidioso é lembrar que mesmo o próprio Presidente da República foi alvo de provocações durante a visita que, em princípios de Julho, fez aquela ilha para, no Funchal, presidir ao encerramento do "Congresso dos Emigrantes". Desde o desfilar da bandeira do separatismo frente à sala do "Congresso" até à distribuição de targetas com as inscrições "Flama" e "Madeira minha pátria" os separatistas provocadores tudo fizeram para demonstrar as suas intenções ao general Ramalho Eanes. A PSP, entretanto, apenas deteve 12 dos arruaceiros.

Não será fastidioso, também, recordar que o PPD, que governa o arquipélago, e faz vista grossa senão amiga aos separatistas, é o mesmo PPD que, em aliança preferencial com o Partido do Governo, quer entregar Portugal nas mãos do imperialismo. No continente ou nas ilhas, a tática pode ser diferente, mas as intenções são as mesmas.

Tais criminosos bombistas têm, na impunidade, tempo para se dedicarem ao aperfeiçoamento das suas técnicas terroristas. Como efeito, depois de uma fase rudimentar em que os vestígios encontrados demonstravam que as explosões eram produzidas por engenhos de fabrico caseiro em que o explosivo se encontrava dentro de latas, hoje já os vestígios são menores, dado que as vasilhas ora adoptadas são de plástico.

A própria Polícia Judiciária será levada a crer que o surto bombista, que continua e recrudescer naquela região, está longe de encontrar o seu termo. O facto de não existir até ao presente uma lei que defina aqueles crimes como actos de terrorismo, classificando-os a legislação actual como "danos sobre a propriedade privada" — que, a serem punidos não excederiam penas superiores a seis meses de prisão — encoraja os criminosos no prosseguimento das suas actividades.

Longe de se atenuarem, as acções terroristas encontram hoje, face aos compromissos que o Governo faz com a direita, campo mais livre para se desenvolverem. Como forma privilegiada — pensam os criminosos — de desencorajarem o reforço das organizações dos trabalhadores e dos progressistas, como forma — pensam eles — de desencorajarem o seu protesto que, pela dimensão que toma, é nacional e põe em causa toda uma política virada para o retrocesso.

DELEGAÇÃO DO MDM NA UNIÃO SOVIÉTICA

Deslocou-se à URSS, a convite do Comité das Mulheres Soviéticas, uma delegação do Movimento Democrático de Mulheres Portugueses, constituída por Maria Rosália Ferreira, médica, Maria Filomena Delgado, consultora jurídica, e Gilda Quintas, empregada de comércio. Segundo declarações de Maria Rosália Ferreira, que dirige a delegação, é objectivo fundamental da visita «examinar problemas actuais do Movimento Mundial das Mulheres e questões concretas de cooperação, tanto no

âmbito da Federação Democrática Internacional de Mulheres, como entre o Comité das Mulheres Soviéticas e o MDM».

Durante o primeiro dia da sua visita a Moscovo, a delegação portuguesa avistou-se com representantes do CMS. As camaradas Zinalda Flodorova, Anna Chugaleva e Lidia Stefankina informaram as visitantes das actividades do Comité, das suas tarefas e organização, e das relações que mantêm com movimentos e organizações femininas estrangeiras.

NA REGIÃO DO ALGARVE A LUTA ANTIFASCISTA

Está prevista para 6 de Novembro do ano em curso a realização da 1.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve. Do relatório que será apresentado no decorrer dos seus trabalhos, salienta-se o tema: A Luta Antifascista no Algarve (a organização e influência do Partido e a actividade do movimento democrático durante o fascismo, as acções de massas, as lutas, as prisões, etc.). Tendo em conta que aquele documento poderá constituir um trabalho de valor para a História do Movimento Operário

e Democrático em Portugal, os camaradas do Algarve solicitam a colaboração dos militantes do nosso Partido e outros antifascistas, que de uma forma ou de outra tiveram um contacto regular com a organização do PCP no Algarve durante os anos da ditadura fascista. A colaboração poderá ser prestada até ao dia 15 do próximo mês de Setembro através, nomeadamente, do relato resumido de um ou mais acontecimentos significativos para a análise da luta antifascista no Algarve.

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

ESTATUTOS DO PCP

Aprovados no VII Congresso em 11-14-19-70

O Partido Comunista Português baseia a sua actividade na doutrina do marxismo-leninismo. Educa os seus membros no espírito da fidelidade sem limites à causa da classe operária e do povo, ao internacionalismo proletário, à defesa dos interesses nacionais, à amizade e solidariedade para com os povos ainda submetidos ao jugo colonial, à amizade e solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todos os países, à unidade do movimento comunista internacional.

A venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas boas livrarias

edições Avante!

CDL a distribuição

A VENDA NOS CENTROS DE TRABALHO

de novo à venda

Obras de Soeiro Pereira Gomes

REFUGIO PERDIDO

edições Avante!

MILHARES DE PESSOAS NO COMÍCIO DA FIGUEIRA

Muitos milhares de pessoas compareceram na vasta área do Largo da Fonte Luminosa, na Figueira da Foz, para ouvirem e participarem no comício aí realizado pelo PCP. Promovido pela Direcção Regional das Beiras, o comício teve lugar no passado sábado, junto ao Centro de Trabalho do Partido naquela cidade, num ambiente de entusiasmo que vem provar que as manobras das autoridades ligadas ao PS, para desmobilizar semelhante iniciativa são completamente inúteis senão contraproducentes.

Aberta a sessão pelo camarada Armando Esteves, da Comissão Concelhia local, foram chamados para a mesa os camaradas Vasco Paiva, da DORB e suplente do CC, António Murteira, da DORA, Carlos Luis Figueira do CC e finalmente o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Depois das intervenções dos

camaradas António Murteira e Vasco Paiva, falou o camarada Octávio Pato — de cujo discurso publicamos junto alguns extractos — após o que, a finalizar, houve uma sessão de canto livre com intervenções de Júlia Babo, Conceição Gouveia, Armando Carvalho e a Brigada «Dias Coelho», constituída por camaradas das organizações juvenis da Figueira da Foz.

A aplicação da Lei Barreto traria a fome e a emigração

O camarada António Murteira da DORA depois de saudar em nome dos comunistas alentejanos, os comunistas, os socialistas sinceros e todos os democratas e trabalhadores da região da Figueira da Foz, analisou alguns dos aspectos mais graves da «Lei Barreto», passando depois a referir os seus desastrosos efeitos se vier a ser aplicada.

«Esta lei foi feita por técnicos de direita do PS, do PPD, do CDS e da CAP, sem ouvirem os trabalhadores e os agricultores, sem terem em conta a sua experiência, vontade e aspirações, tal como faziam os fascistas do norte, no passado estavam no poder. Sem terem em conta a realidade socioeconómica e ecológica do Alentejo, nem tão pouco a vontade do eleitorado do Sul que em todas as eleições tem votado PCP, tem votado Reforma Agrária, tem votado no futuro, na liberdade e na democracia rumo ao socialismo».

«Se esta lei reacção e inconstitucional não for suspensa e revogada, se os trabalhadores e o povo português permitirem a sua aplicação, ela significaria a curto prazo o desemprego, a miséria e a emigração para dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas. Significaria, como alguns reacçãoários já sopram e foi sempre o sonho do regime de Salazar e Caetano, a expulsão dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo, das suas terras e das suas casas, destruindo famílias, provocando o sofrimento. E hoje, numa situação muito pior, pois no estrangeiro, nos países capitalistas amigos do senhor Mário Soares não há trabalho e o desemprego aumenta. E os trabalhadores portugueses não têm milhares de contos para irem cambiar nos bancos suíços, como acontece, segundo o jornal «Expresso», com certo membro do governo PSI».

A Lei Barreto é contra os interesses nacionais e a sua aplicação significaria também e de imediato, a ruína da

produção agrícola com graves prejuízos para a economia nacional. Significaria a falta de produtos, o aumento de preços, o agravamento do custo de vida, que seríamos todos a pagar, como já está a acontecer devido à política de direita do governo PS.

Importamos mais de 20 milhões de contos de produtos alimentares, muitos dos quais, com a Reforma Agrária e com um governo democrático que a apoiasse, poderíamos produzir em Portugal».

Mais adiante prosseguiu o camarada António Murteira: «De Dezembro até agora, mais de 250 trabalhadores do Sul, homens e mulheres, velhos e até crianças de 6 anos foram perseguidos e espancados pela GNR, a mandado do governo PS: isto em Mora, Campo Maior, Montargil, Cuba, Serpa e em tantas e tantas outras terras do Alentejo. Mais de 50 destas pessoas tiveram tratamento hospitalar e a jovem trabalhadora de 18 anos, Georgina de Pavia está paralísada devido às brutais agressões ordenadas pelo grupo dirigente do PS para defender os interesses dos agrários parasitas. Esta é uma pequena amostra do que seria amanhã o «socialismo em liberdade», o «pluralismo» do senhor Mário Soares e do seu grupo ao serviço dos agrários, do capitalismo e do imperialismo! Apesar de todas estas agressões brutais é preciso dizer que os trabalhadores do Alentejo estão firmes em defesa da Reforma Agrária, que a Reforma Agrária, que a Reforma Agrária foi até agora defendida e continuará a sê-lo! Que ela está lá e, convidamos as pessoas desta terra e das Beiras e irem lá ver com os seus olhos, se tudo aquilo que afirmamos até hoje é ou não verdade. Vão, os comunistas e trabalhadores do Sul são gente hospitaleira recebê-los-ão com satisfação, contarão as grandes dificuldades que existem, os êxitos que alcançaram, a confiança que têm num futuro livre e melhor...»



A mesa que presidiu ao comício na Figueira da Foz, promovido pela Comissão Concelhia local do nosso Partido

DISCURSO DE OCTÁVIO PATO

PERIGOS BEM REAIS

A nova e perigosa fase em que se encontra a democracia portuguesa distingue-se das ofensivas anteriores porque os inimigos da democracia, a reacção, ganharam um aliado no Governo do Partido Socialista, no grupo dirigente do Partido Socialista, ganharam instrumentos apontados contra as conquistas da Revolução e a democracia nas leis recentemente aprovadas na Assembleia da República pelo PS aliado aos partidos reacçãoários, o PPD e o CDS.

A contra-revolução legislativa procura destruir, por via legal, aquilo que a reacção não conseguiu até hoje liquidar através dos golpes, das chantagens, do terrorismo. E mais ainda, procura já mesmo reconstituir o poder económico e político dos monopólios aliados ao imperialismo e dos latifundiários.

A aliança do grupo dirigente do PS com a reacção, não significa que se tenha verificado uma alteração profunda na correlação de forças favorável aos inimigos da democracia portuguesa. Significa sim o divórcio do grupo dirigente do PS em relação aos interesses do Povo e do País, o seu isolamento em relação aos milhares de democratas que deram a sua confiança ao Partido Socialista esperando que ele defendesse as conquistas da Revolução e da democracia, esperando que ele respeitasse os seus compromissos, os seus programas, as suas promessas.

Os perigos que rodeiam a nossa democracia são bem reais, mas é também preciso ter-se a consciência de que continuam a existir forças suficientes para ultrapassar as dificuldades e perigos actuais. O movimento operário e popular, contando com a força, a organização e a acção consequente do PCP, o único grande partido que se opõe à política actual, contando com poderosas organizações unitárias de classe, contando com os verdadeiros socialistas, com todos os democratas, pode impedir as conquistas da Revolução e a democracia, pode impor uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual. Pode impor o respeito e o cumprimento da Constituição que consagra as grandes transformações revolucionárias e os ideais da Revolução de Abril.

AS PALAVRAS E AS ACÇÕES

Em palavras, o grupo dirigente do PS ainda se afirma ao lado dos trabalhadores. Mas trata-os como inimigos, combate as suas organizações unitárias, designadamente a central sindical, a prestigiosa CGTP-IN, enquanto tudo faz para cair nas boas graças dos grandes capitalistas e agrários.

Em palavras, o grupo dirigente do PS ainda se afirma defensor da liberdade e da democracia, mas cada vez mais recorre a medidas que limitam o exercício das liberdades, saneia democratas, coloca os meios de Comunicação estatizados ao serviço do PS e dos que apoiam o Governo, ao mesmo tempo que consente a propaganda fascista e reacçãoária.

Em palavras, o grupo dirigente do PS ainda se afirma defensor da independência nacional, mas submete-se a humilhantes exigências do imperialismo, pratica uma política externa de hostilidade para com os países socialistas e os países árabes, despreza os novos Estados africanos.

Em palavras, o grupo dirigente do PS ainda se afirma defensor e respeitador da Constituição mas vai procurando liquidar cada uma das conquistas democráticas que a Constituição consagra.

Em palavras, o grupo dirigente do PS afirma-se defensor da Reforma Agrária, mas elabora e faz aprovar a monstruosa lei Barreto que visa a reconstituição dos latifúndios e o poder dos latifundiários, e com ela o aumento do desemprego e da miséria nos campos do Alentejo e do Ribatejo, a diminuição da produção agrícola.

Em palavras o grupo dirigente do PS ainda se afirma defensor da gestão pelos trabalhadores, mas elabora e faz aprovar uma lei que procura impedir a livre formação das comissões de trabalhadores e tudo faz para subordinar as organizações de trabalhadores aos interesses do patronato.

A natureza de classe do grupo dirigente do PS avalia-se não pelas belas intenções apregoadas, mas pelas suas decisões e medidas contra os trabalhadores pela restituição de terras aos grandes agrários e de empresas ao patronato sabotador.

A devolução de empresas intervencionadas a quem as arruinou e sabotou, a quem tudo fez para lançar a economia nacional no caos e os trabalhadores no desemprego, é uma actuação injusta e imoral.

QUEM DITA AS LEIS?

Quem hoje em Portugal dita as leis económicas e financeiras não é mais o Governo PS, mas o Fundo Monetário Internacional que, a troco da concessão de empréstimos, vai subindo o tom das exigências

comandando as directrizes para a restauração capitalista no nosso País.

Os trabalhadores portugueses sabem bem o que representou o primeiro pacote de medidas de 25 de Fevereiro.

A desvalorização do escudo oficialmente decretada provocou um maior endividamento do País ao estrangeiro; a liberalização dos preços dos bens essenciais então definida provocou uma subida vertiginosa dos preços; os salários reais dos trabalhadores sofreram uma rude contração.

O Governo disse nessa altura que tais medidas eram para combater, entre outras coisas, a inflação e o desemprego. Passados seis meses, a inflação não parou de crescer e o desemprego não só se manteve como se agravou com dezenas de milhares de novos reservistas.

Hoje já ninguém o nega, o Governo prepara-se para atirar com outro pacote de medidas. As justificações não serão muito diferentes das primeiras. Mas tal como aconteceu em Fevereiro, desde já afirmamos que semelhantes medidas não resolverão os problemas mais agudos da nossa economia, irão sim, agravá-los tornando ainda mais duras as condições de vida do Povo português e especialmente dos trabalhadores.

QUEM NOS DESMENTE?

Convidamos o Governo e o grupo dirigente do PS, assim como os deputados do PS, a terem a coragem de desmentir estas nossas afirmações e que digam ao mesmo tempo, de forma clara e sem subterfúgios, se estão ou não dispostos a considerar irreversíveis as nacionalizações feitas após o 25 de Abril, tal como está estabelecido na Constituição.

A aliança do grupo dirigente do PS com os partidos da direita reacçãoária, a sua capitulação histórica ante a reacção e o imperialismo, a sua traição ao eleitorado, a consagração em leis, contrárias à Constituição, da política de recuperação capitalista agrária e imperialista, são factos políticos que avolumam os perigos contra a democracia portuguesa.

É em consideração destes dados e das alterações que introduzem na situação política que o PCP aponta as soluções democráticas e constitucionais para fazer sair o nosso País das dificuldades actuais, no respeito pela Constituição.

As propostas políticas do PCP foram apresentadas com a maior seriedade e animadas do espírito mais construtivo. A resposta do grupo dirigente do PS e de outros dirigentes do CDS ou PPD caracterizaram-se pela falta de seriedade, pelo completo descontrolo, pelo pânico.

UMA PROPOSTA AO PAÍS

A única alternativa que corresponde aos interesses dos portugueses e de Portugal é a formação de um governo formado por forças políticas e homens que respeitem a Constituição e façam sair Portugal das dificuldades actuais.

O PCP apresentou ao País uma proposta que tem recebido um significativo apoio de inúmeros democratas sinceramente interessados em defender a democracia portuguesa. Trata-se de uma proposta política cuja concretização está prevista e é possível nos termos da Constituição. Mas a sua concretização, a defesa das conquistas da Revolução e da democracia, depende da vontade e da acção das massas, do desenvolvimento e reforço da unidade de todos os democratas, do reforço do Partido.

O desenvolvimento da acção das massas, o reforço das organizações unitárias e das forças identificadas com a Constituição e as conquistas nela consagradas é hoje o principal elemento de estabilização capaz de travar os intentos e planos da direita e da reacção.

A unidade dos trabalhadores, dos democratas é, hoje como sempre, a condição da vitória. Nós criticamos vivamente a política do grupo dirigente do PS, a sua capitulação; mas não confundimos o grupo dirigente do PS com os militantes socialistas. Os trabalhadores socialistas têm os mesmos interesses de classe que nós, comunistas. O grupo dirigente do PS é que se passou para o lado do grande capital, da reacção, do imperialismo. O grupo dirigente do PS é o responsável pela própria desagregação de um partido que poderia e deveria ter um papel decisivo na transformação da sociedade portuguesa.

O reforço do PCP é outra das condições essenciais para a defesa das conquistas da Revolução e da democracia.

O reforço do PCP, único dos grandes partidos que defende os interesses dos trabalhadores, as liberdades e as outras conquistas da Revolução, a Constituição, o regime democrático, a independência nacional, é do interesse não apenas dos comunistas mas de todos os homens e mulheres interessados na defesa e prosseguimento da democracia portuguesa.

FESTIVAL DESPORTIVO DA FESTA DO “AVANTE!”

FICHA DE INSCRIÇÃO

Prova — Estafeta — Pentatlo — Futebol de 11 — Futebol de 5 (riscar o que não interessar)

Nome da equipa _____

Categoria — Masculino — Feminino — Juvenis (riscar o que não interessar)

Nome e morada do responsável da equipa _____

Localidade _____

Árbitros (a) _____

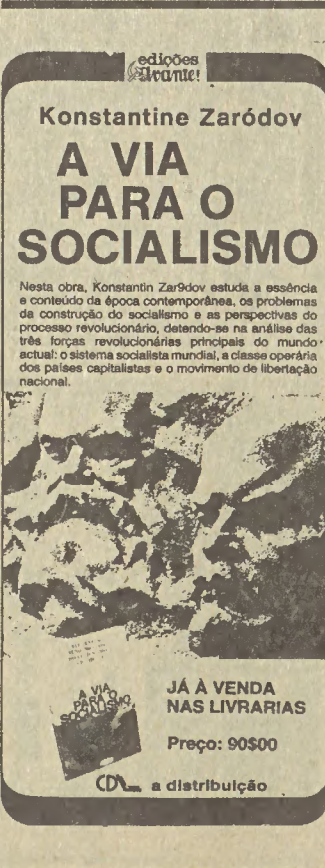
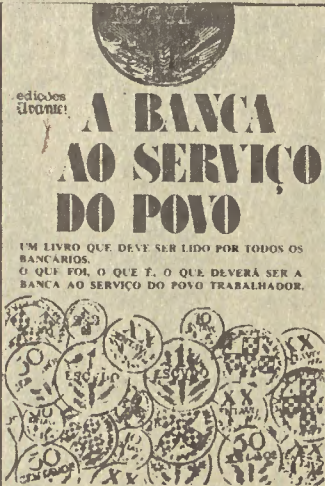
Forma de pagamento da inscrição — Cheque — Vale do correio — selos — pagamento directo (riscar o que não interessar)

(a) Só no caso do Futebol

Remeter estas fichas de inscrição para as sedes da UJC ou da UEC

CLASSE OPERÁRIA PARTIDO E POLÍTICA DE ALIANÇAS

Dieter Klemm • Kurt Schneider • Gisela Pawula



A NOSSA HISTÓRIA É A LUTA DO POVO



FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



A EXPOSIÇÃO DE LIVROS É PARA TODOS!

● Um apelo da Célula de Escritores da DORL

Ao contrário do que é habitual, a exposição de livros que a Célula de Escritores da DORL vai organizar no âmbito da Festa, não abrange apenas obras de carácter literário nem terá como participantes somente os escritores militantes do nosso Partido. A exposição é para todos os militantes que tenham livros publicados, seja qual for a natureza deles e o género tratado. Quer isto dizer que não se excluem as obras de carácter técnico ou de divulgação (economia, agronomia, educação, indústria, sociologia, engenharia, medicina, etc., etc.), uma vez que o objectivo da exposição é proporcionar uma visão ampla da actividade intelectual (em sentido lato) dos militantes do Partido.

Uma vez que é materialmente impossível recolher junto dos editores os exemplares necessários, a Célula de Escritores apela para todos os interessados em participar que façam eles próprios a entrega dos seus livros (um exemplar de cada obra publicada) no seguinte endereço: Carlos Porto - Avenida de Berna, 31-2.º - Lisboa 1. Depois da Festa, todos os livros serão devolvidos.

A Festa é para todos, a Exposição de Livros também!

AOS POETAS POPULARES AOS CONTADORES DE HISTÓRIAS

Na Festa do «Avante!» realizar-se-ão vários recitais de poesia em que actuarão não só alguns dos poetas mais importantes do nosso país mas também os poetas populares e os contadores de histórias. Pensamos que uns e outros fazem a poesia portuguesa.

Dada a dificuldade que temos em contactar os poetas populares e os contadores de histórias (espalhados por todo o país e alguns apenas localmente conhecidos), pedimos aos próprios que nos contactem urgentemente por escrito, a fim de podermos considerar a sua participação na nossa Festa.

Deverão enviar-nos duas ou três produções de sua autoria, uma vez que o tempo disponível não nos permitirá, desta vez, apresentá-los a todos. Quem sabe se não organizaremos num futuro próximo um Festival Nacional de Poesia Popular?

Solicitamos também às organizações do nosso Partido (e aos militantes) que, a nível local, conhecem os poetas e contadores de histórias de cada região, que nos contactem urgentemente dando-nos indicações o mais objectivas possível.

SANTARÉM: UM DISTRITO AO TRABALHO

O entusiasmo propaga-se de concelho para concelho — dizem os camaradas do distrito de Santarém, que preparam afanosamente a sua participação para a Festa do «Avante!».

Panos, cartazes, jornais de parede vão surgindo e as iniciativas aumentam, obtendo o apoio das massas populares.

No dia 13, o porta-a-porta realizado em Alpiarça teve como resultado ofertas que se traduzem em 2 000 quilos de batata, 126 quilos de cebola, 44 quilos de arroz, 30 quilos de alhos, 28 quilos de feijão, 16 quilos de massa, 14 quilos de chouriço, 9 de morcela, 1 de toucinho, 3 de farinha, 5 quilos de azeitona, 22 litros de azeite, 20 latas de atum, 20 galinhas, 22 coelhos, 1 porco, 6 barras de sabão, 9 pacotes de detergente, 60 litros de vinho, 12 litros de aguardente, 12 garrafas de bebidas doces, 80 pratos, 33 garfos, 21 colheres, 10 facas, 20 canecas, 12 chávenas com pires, 2 bonecas, 10 mil escudos em dinheiro, e ainda 294 prendas para a quermesse. Entretanto, para além desta grande contribuição, pessoas que não estavam em casa na altura do porta-a-porta estão a fazer chegar as suas ofertas ao Centro de Trabalho.

Na freguesia do Couço apuraram-se entretanto os resultados de mais um porta-a-porta: 105 quilos de arroz, 270 de cebolas, 45 de alhos, 2 800 de batatas, 210 de feijão, 10,5 quilos de massa, 24 de açúcar, 10 litros e meio de azeite, 21 de óleo, 23 frangos, 1 coelho e ainda 10 908 escudos em dinheiro. Os resultados de Almeirim não estão ainda apurados. Outras iniciativas do género estão marcadas para o dia 27 em Almeirim e para o dia 28 nos concelhos de Benavente e Salvaterra de Magos.

Em Benavente realizou-se no dia 20 um baile com venda de EP's.

A recolha de prendas para a quermesse processa-se entretanto em bom ritmo, enquanto os concelhos preparam

O Jamor já é uma festa!

NO PRÓXIMO DOMINGO HÁ TRABALHO, CANÇÕES E O 2.º SORTEIO DAS EP's

A preparação da Festa do «Avante!» tem-se realizado, como de resto aqui temos assinalado, em dois planos, em duas fases que se completam. Uma delas baseia-se na actividade organizada que, localmente, os camaradas planeiam e levam a cabo, contando para isso com o trabalho dos militantes em cada célula, o apoio dos amigos do Partido, a ajuda das massas que contribuem para uma Festa que quer representar as suas esperanças e as suas vitórias. A este tipo de actividade temos dedicado especial atenção, publicando os resultados do andamento deste trabalho.

Um outro tipo de actividade, tão importante como o que acima referimos, é o que se desenrola permanentemente no Jamor, com especial incidência nos fins de semana, e as festas de propaganda das grandes jornadas de Setembro que se aproximam.

Esta actividade, a de abrir e construir mesmo o espaço onde as iniciativas da Festa se vão desenrolar, complementar daquela que prepara as surpresas que iremos ter, vem atraindo ao Jamor milhares de camaradas que, com o seu esforço criador, com o seu espírito de organização, pondo as suas capacidades variadas ao serviço de mais uma tarefa a cumprir, vão erguendo cidades de esperança.

E, conjugando esta tarefa com a de anunciar a Festa, durante o fim-de-semana próximo, mais propriamente no dia 28, domingo, o prenúncio da Festa será levado ao próprio local onde ela se verificará.

Com efeito, enquanto que as jornadas de trabalho continuam, enquanto esse entusiasmo construtivo, esse esforço sério de preparar as estruturas que receberão muitos milhares de visitantes nos dias 9, 10 e 11 de Setembro, o próximo domingo vai acolher, no Jamor, a alegria de uma festa, com espectáculos e o 2.º Sorteio de brindes das EP's.

Um espectáculo, um sorteio, que vai levar ao recinto onde se tem trabalhado com afinco ainda mais milhares de pessoas.

Entretanto, no passado fim-de-semana avançou-se muito, numa progressão que admira mesmo aos próprios participantes. Cerca de 700 camaradas e amigos estiveram lá no sábado. No último domingo quase 2000. Fora, além disso, cerca de um milhão de pessoas que se acercaram dos limites para ver, atraídos pela azáfama, o trabalho dos comunistas, a modificação que se produzia a olhos vistos. E não foram poucos os que, em vez de ficar só a ver, arregaçaram as mangas e deram também uma ajuda.

NÃO PISAR A RELVA

Valas para água e esgotos, trabalhos de electrificação, reconstrução da vedação, roçar

mato, britar pedra, construir arruamentos, limpar o local do parque de estacionamento, tais algumas das tarefas a que tantos camaradas e amigos se dedicaram com ardor.

Letreiros com indicações apareciam, facilitando ou orientando os trabalhos. Um deles muita gente intrigou. Dizia: «Não pisar a relva», e estava plantado no vasto terreno arranjado, sim, mas sem vestígio de relva. Perguntámos. E foi-nos dito que a relva estava efectivamente semeada e estava a ser regada. Os mais optimistas disseram que ela ia despontar, verdejante, muito antes de 8 de Setembro, outros replicavam que ela só ia aparecer no próprio dia 9, a celebrar o dia da Festa!

Os camaradas do Tojal abriram cerca de uma centena de buracos onde serão fixados os mastros que cercarão de bandeiras o recinto. Trabalhos de carpintaria, a cobertura já de estruturas metálicas com painéis, eram outros dos trabalhos em curso. Além de dar de beber a quem tinha sede, pois a distribuição de água ocupou alguma mão de obra.

A exemplo do que tem sucedido, os camaradas que vão ajudar, no próximo fim-de-semana, nos trabalhos que têm lugar no Jamor, trarão consigo, segundo as disponibilidades de cada um, ferramentas que possuam.

A imensidade de tarefas que lá nos esperam leva-nos a sugerir algumas:

- enxadas
- pás
- picaretas
- martelos
- alicates
- berbequins eléctricos
- chaves inglesas
- torqueses
- serras e serrotes
- brocas
- pincéis e rolos

E, ainda, pregos, arame, material eléctrico (fio, etc.) e tintas.

O próximo fim-de-semana vai acolher ainda mais camaradas voluntários que já aguardam esses dias para se lançarem a um trabalho profícuo. E para assistirem à festa que no domingo alegrará todos aqueles que aparecerem.

Maria do Amparo e Carlos Moniz, José Barata Moura acompanhado por um trio instrumental, o conjunto Trovante, são as atracções artísticas desse domingo. E depois, o 2.º Sorteio de Brindes das EP's vai animar os possuidores desses já célebres cupões de entrada permanente na Festa.

No fim de semana próximo, especialmente no Domingo, lá estaremos todos.

PESCADORES DE PENICHE FORAM AO MAR PARA A FESTA DO «AVANTE!»

Pescadores de Peniche, roubado largas horas ao seu merecido lazer, decidiram contribuir com uma pescaria para a Festa do «Avante!».

Desta vez foi o barco «Francisco Manuel», do mestre Francisco Malheiros, que se fez ao mar com uma tripulação composta pelos pescadores e camaradas Aleixo, Paiva, Chalavardo e José António e ainda pelos camaradas Francisco Lancinha, do CC do PCP, Cassiano Monteiro, da Comissão Concelhia de Leiria e Edgar Carvalho.

A pescaria, que apesar de não ser famosa ainda rendeu algumas dezenas de quilos, foi oferecida para o restaurante da DOROR na Festa do «Avante!».

Esta manifestação de dedicação dos pescadores de Peniche ao seu Partido, não pode de forma alguma ser desligada de um profundo sentimento de solidariedade que liga os trabalhadores do mar aos seus camaradas de trabalho, que não hesitam em socorrer muitas vezes com risco da própria vida. Recordamos, por exemplo, que em 1973 os tripulantes

do «Francisco Manuel», comandados pelo mestre Xico, não hesitaram em responder ao apelo da embarcação «Monte Branco», que se afundava ao largo da costa de Peniche, tendo salvo toda a tripulação.

Mas, voltando à pescaria, feita a anzol, podemos dizer que nem todos os tripulantes se portaram à altura. Alguns, pouco

habitados a estas lides, não escaparam ao enjoo e foram pelo caminho deitando «carga ao mar».

No final, porém, ainda que «levemente» extenuados, todos regressaram contentes. Tinham contribuído um pouco com o seu esforço para valorizar ainda mais a grandiosa Festa do «Avante!» que todos preparamos.



DÁ PEIXE PARA A FESTA!

Camaradas e simpatizantes do Partido realizaram, no passado sábado, um pedidório porta a porta nalguns bairros de Peniche de cima, para angariar fundos para a Festa do «Avante!».

Extraordinariamente bem recebidos pela população, esses camaradas recolheram diversos donativos, que vão desde quantias em dinheiro aos mais variados géneros, tais como massa, arroz, açúcar, frangos, coelhos, garrafas de aguardente, whisky, azeite, batatas, pratos, talheres, etc., etc.

Dado o grande êxito desta iniciativa, decidiram os camaradas repeti-la no próximo sábado, dia 27, mas desta vez em Peniche de Baixo.

Mas como Peniche é por excelência uma terra de peixe, outra ideia surgiu e vai dentro em breve ser posta em prática: na lota irá aparecer um latão com os dizeres «Dá peixe para a Festa do «Avante!».

Todos podem trabalhar.



COLABORAÇÃO DOS PIONEIROS

Mais de centena e meia de pioneiros, da DORL e da DORS, representando os núcleos de Alcântara, Algés, Almada, Belas, Cacém, Costa da Caparica, Musgueira, Oeiras, Queluz, Rio de Mouro, Sacavém, S. Bernardo, S. João de Brito, Setúbal, Torres Vedras e Vitória, participaram no domingo passado, na jornada de trabalho e convívio, no Jamor.

Manhã cedo podiam ver-se pequenos grupos de rapazes e raparigas, entre os 7 e os 14 anos, acarretando pedras, roçando o mato, limpando o terreno, recolhendo troncos e desfolhando canas, ao som de uma alegre algazarra.

À tarde, depois do piquenique os pioneiros cantaram e divertiram-se enquanto os monitores reaprendiam a fazer papagaios de papel.

A jornada terminou com jogos desportivos na mesma alegria e entusiasmo com que começara.

A FESTA EM AVIS COMEÇOU JÁ!

As jornadas de propaganda e mobilização realizadas, por todo o país, pelas organizações locais, têm encontrado nas populações a maior das compreensões na oferta de produtos para a Festa e de inscrições, na compra de EP's e a mensagem da confiança no Partido através da participação popular nas sessões de divulgação da nossa Festa.

Foi assim a passada semana no concelho de Avis. Por iniciativa da Comissão Organizadora da Semana do «Avante!» no concelho de Avis, a população das freguesias de Alcorrego, Benavita, Figueira e Barros, Aldeia Velha, Vale Longo e Ervedal assistiram a diversas sessões de cinema e colóquios nos quais se salientavam os aspectos dominantes da nossa Festa, se recolheram produtos para serem vendidos no Jamor, se incentivou a imaginação e a vontade de mulheres, jovens, velhos e dos trabalhadores para fazerem novos produtos que podem ir desde o pano bordado até à feitura de objectos de madeira, de oferta de caixas de fósforos para a exposição, enfim, um manancial inesgotável ao sabor da vontade e do talento das massas populares que, por todo o país, participam já na Festa do «Avante!».

Sob o slogan «Amigo, a tua Festa do «Avante!» começa aqui», muitas centenas de pessoas deram a sua participação entusiástica no concelho de Avis. As festas do concelho viriam a culminar no último fim-de-semana, em Avis, com a realização de actividades desportivas e culturais. Assim, sábado, o dia começou mobilizando as crianças da vila e do concelho para uma corrida pedestre infantil, prosseguindo depois com a recolha de trabalhos e dádavas para a Festa do «Avante!».

Na Casa do Povo, às 18 horas, Mário Castrim orientou uma sessão de slides sobre «A Vida nos Países Socialistas» e, à noite, realizou-se uma sessão em que participaram José Luis, membro do Comité Central do PCP, Eduardo Basso, membro da Direcção Regional do Alentejo e os jornalistas, Mário Castrim do «Diário de Lisboa» Carlos Coutinho de «O diário», António Ventura, historiador do movimento sindical nomeadamente no Alentejo, e Helena Neves, nossa camarada de redacção. A caracterização do momento político actual, as perspectivas de luta em defesa da Reforma Agrária e a importância nacional da Festa do Avante como grande iniciativa político-cultural de massas constituíram os temas que despertaram o entusiasmo da população que enchia a Casa do Povo. Foi ainda representada a peça «O Ritual» de Carlos Coutinho, um exemplo de teatro pedagógico e revolucionário que arrancou fortes aplausos à assistência.

Domingo, em Avis, a festa continuou, apesar do trabalho prosseguir na UCP «1.º de Maio», onde os trabalhadores abdicam de domingos e feriados sempre que a produção e as colheitas o exigem. As crianças tiveram outra ocasião de praticar desporto e de se divertirem com a realização de um jogo de mini-futebol, seguindo-se, de tarde, uma garrafeira e arraial no Largo da Creche onde não faltaram surpresas, acordeonistas, baile e leilão.

A Semana do «Avante!» em Avis constituiu, assim, uma preparação para a Festa do «Avante!», através da junção harmoniosa da diversão, da cultura, do trabalho e do debate público dos grandes problemas nacionais. E a crer no entusiasmo da população que, por todo o concelho, viveu já um pouco da Festa do «Avante!», os trabalhadores alentejanos e as suas famílias estarão presentes em força, nos próximos dias 9, 10 e 11 no Jamor.

PROMOÇÃO DA FESTA EM ÉVORA

Através da realização de diversas iniciativas de propaganda e de jornadas de convívio popular, a Comissão Concelhia de Évora, do nosso Partido, tem vindo a desenvolver um amplo trabalho de promoção da Festa do «Avante!».

Assim, no próximo sábado, decorrerá a partir das 15 horas, no Jardim público da cidade, uma festa popular cujo programa inclui um espectáculo com o Grupo Coral «Papólias Vermelhas», de Mora, Grupo «25 de Abril», de Beja, Duo Jorge Santos e José Jorge Letria, e um comércio em que usarão da palavra os camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!», e Murtelra, da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA). Ainda no sábado, haverá um grande ballarico.

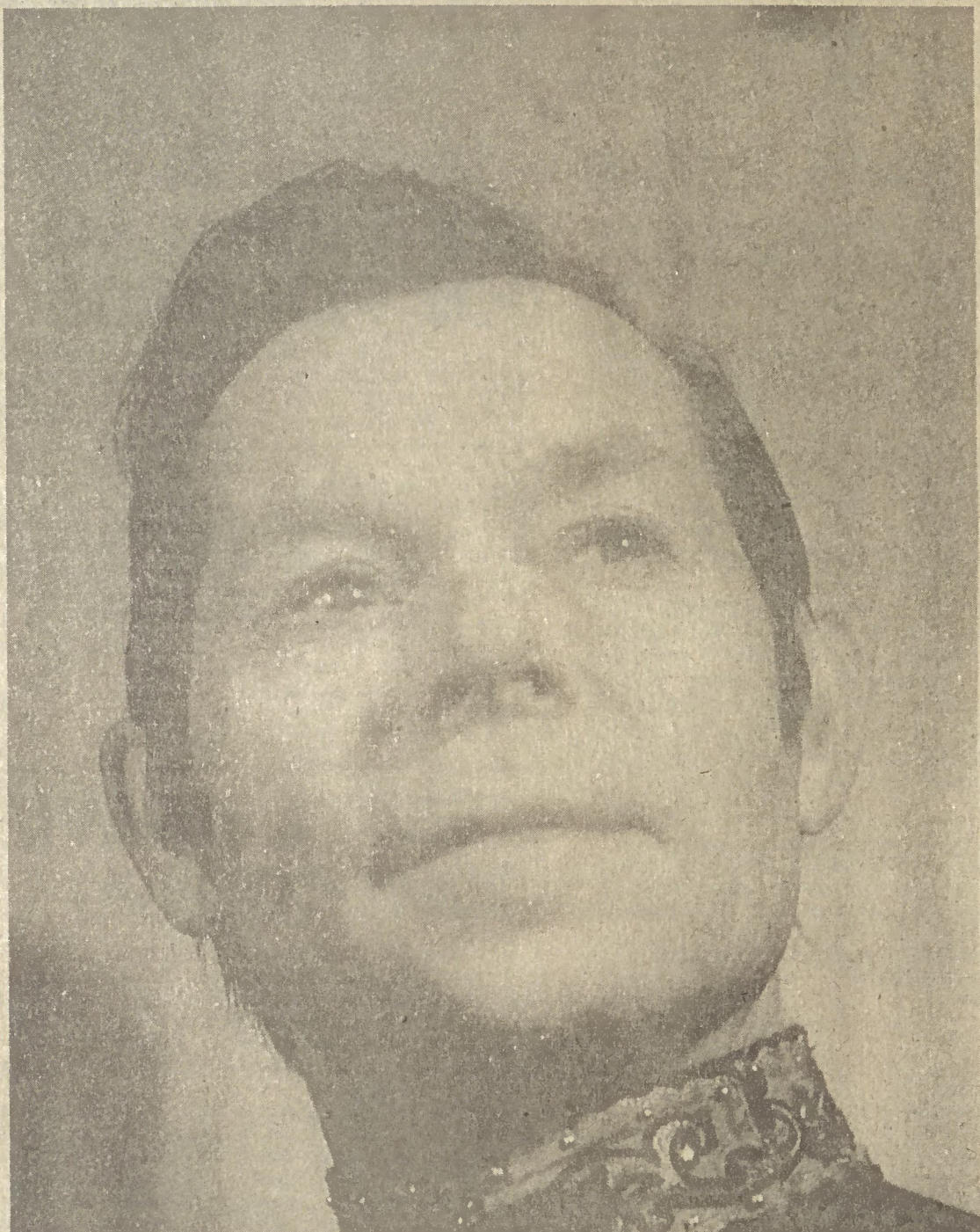
Entretanto, nos passados dias 20 e 21 decorreram no Bairro Almeirim e em S. Sebastião da Giesteira, vibrantes jornadas de convívio em que participaram largas centenas de pessoas.

GRANDE NOITE DO FADO

2.ª Feira, 29 de Agosto
às 21.30
No TEATRO ADÓQUE

Promovido pelo organismo dos Trabalhadores da Indústria Gráfica para promoção da Festa do «Avante!»

OS ARTISTAS DA ES



Soleares a Soledad Bravo

*Quiero cantar, Soledad,
cantarte, por soleares
coplas a la libertad.*

*Soledad, cuánta amargura
y cuánto bravo clamor
en tu voz alta y segura.*

*Voz alta para gritar
abiertamente: ¡Hombre libre,
tú siempre querrás la mar!*

*Segura para pedir
libertad para los hombres
condenados a morir.*

*Canta, Soledad, que espera
ser liberada en el viento
la libertad prisionera.*

*Canta, Soledad, que canta
la libertad de los pueblos
subiendo de tu garganta.*

*Canta en los soles del día,
en los fuegos de la noche,
Soledad de la alegría.*

*Canta siempre, Soledad,
la primavera del mundo
llega con la libertad.*

Rafael Alberti

Roma, primavera/1977.

O grande poeta espanhol Rafael Alberti (na foto a canto Soledad Bravo um poema, que acima reproduzimos pelo punho

URSS **IVAN SURJIKOV E ORQUESTRA** • ESPANHA **SOLEDAD BRAVO**



FERNANDO LOPES GRAÇA
E CORO DA ACADEMIA DOS AMADORES DE MÚSICA • LISBOA

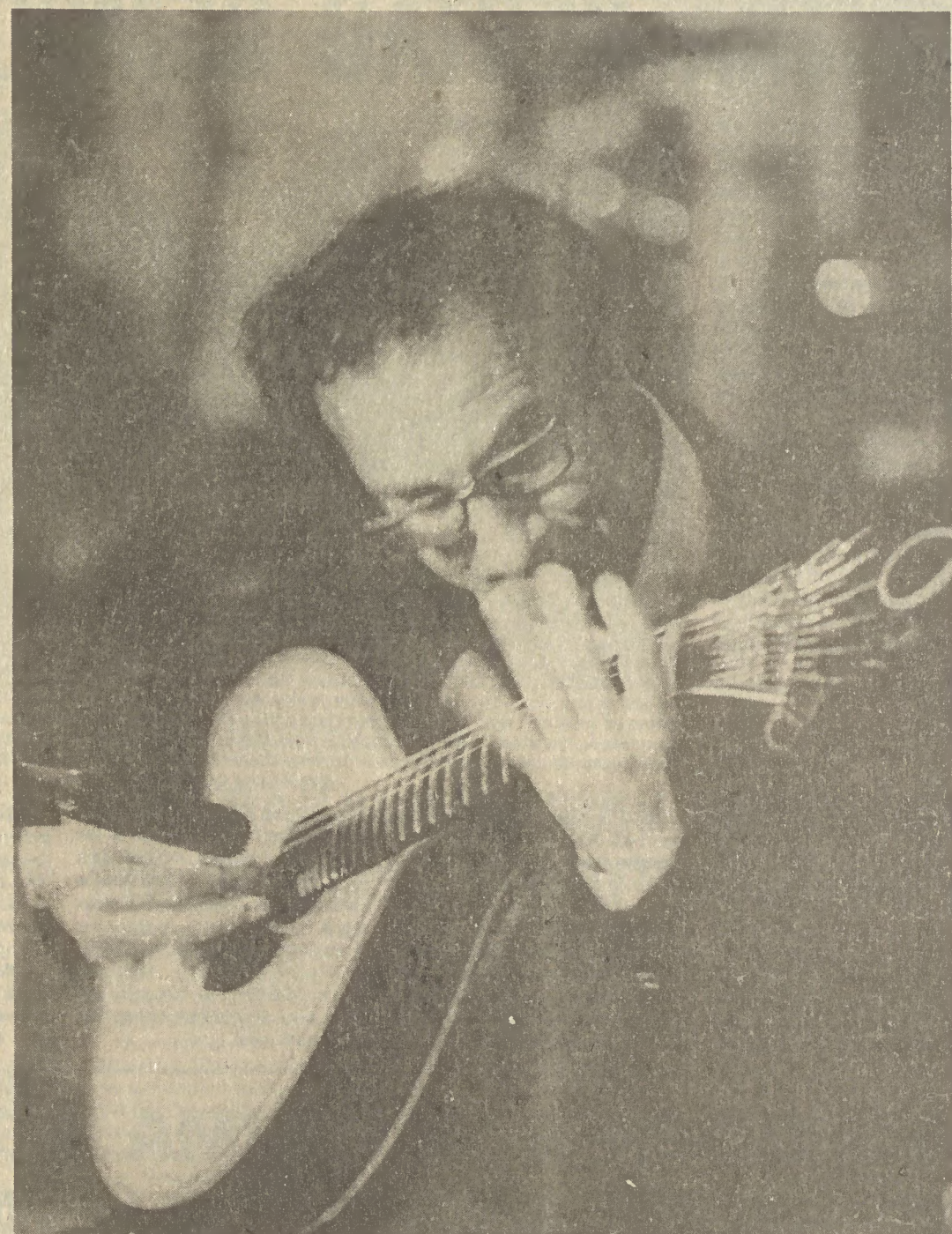


MARIA AMÉLIA PROENÇA • **FERNANDO FARINHA** • **CARLOS**

ESTA DO «AVANTE!»



a (cantora) dedicou há poucos meses a Soledad
escripção do próprio autor



ERVO • ÁFRICA DO SUL MYRIAM MAKEBA • CARLOS PAREDES



LS CÍLIA • ARY DOS SANTOS • ADRIANO C. OLIVEIRA



ADOS MONIZ • MARIA DO AMPARO • GRUPO «TROVANTE»

No próximo número há mais

«A comissão organizadora carece de 'personalidade jurídica'», foi o argumento utilizado pelo governador civil do Porto para proibir a realização da 2.ª Feira Popular de Rio Tinto. Num comunicado à população, o secretário da 2.ª Feira Popular de Rio Tinto afirma: «Foi assim que ficámos a saber que a partir daquele momento, as colectividades que subscreveram o documento a solicitar autorização para a realização da feira 'não existiam', não tinham personalidade jurídica». Entre estas colectividades encontram-se a Associação Recreativa de S. Caetano, o Centro Desportivo e Cultural da Ponte, o Grupo Dramático Beneficente do Rio Tinto, o Mosteiro Futebol Clube, o Centro Recreativo e Cultural de Rebordões, o Futebol Clube de Rio Tinto e a Cooperativa de Consumo Ríocopo. O que na realidade se passa, diz o secretário da organização da feira, é que o governador civil tem medo do Povo, da sua cultura e das realizações dos trabalhadores», acrescentando que a 1.ª Feira constitui, pelas iniciativas de ordem cultural que promoveu, uma realização única no nosso concelho e na nossa freguesia, como jamais se tinha realizado até então».

Campanha nacional da CGTP-IN

RESISTIR AOS DESPEDIMENTOS

VINTE mil trabalhadores lançados no desemprego em sete meses levaram a CGTP-Intersindical Nacional a iniciar uma campanha contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho e pela segurança no emprego.

Cerca de uma semana depois, o Governo do PS continuava a fazer orelhas moucas perante a gravidade de uma situação concreta onde lhe compete intervir com decisão e urgência. Na altura em que escrevemos, a única reacção conhecida desse lado era, segundo o «Diário de Notícias» de 18 do corrente, um «esclarecimento veiculou pela Secretaria de Estado supondo que «os números divulgados pela CGTP-IN parecem ser demasiado elevados em relação ao número exacto de desempregados» que aquela Secretaria de Estado do Emprego» apenas ao Ministério do Trabalho revela não saber qual é.

Perante uma situação de assalto permanente à estabilidade do emprego em Portugal, o Governo do PS responde pelo parecer oficioso de uma Secretaria de Estado, com a promessa de «em breve (...) ser possível informar correctamente sobre a questão».

Entretanto, é o próprio Governo como entidade empregadora que despede sem justa causa, participando na ofensiva contra o direito ao trabalho e estimulando o patronato que despede e tenta enfraquecer as organizações sindicais.

Em aberto concluiu com a direita, o Governo é directamente responsável pela vaga de despedimentos sem justa causa que se abate, em grande parte, sobre dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

Numa conferência de Imprensa, a CGTP-Intersindical Nacional ao anunciar a abertura da campanha em todo o País «contra os despedimentos e pelo reforço da solidariedade entre os trabalhadores», recordou a propósito o famigerado Decreto-Lei n.º 841-C/76, com o qual, em Dezembro de 1976, o Governo actual tinha em vista liberalizar os despedimentos sem justa causa. Em vigor, esse diploma,

- Contra a repressão patronal
- Contra a convivência do Governo

várias vezes atacado pelas organizações sindicais e comissões de trabalhadores, continua hoje, apesar da recente legislação antioptimista, a exercer a sua função de estímulo ao desemprego, ao mesmo tempo que o Governo nada faz para obrigar o patronato ao cumprimento de outra legislação promulgada nesse campo e que, embora desfavorável aos trabalhadores, poderia minorar os piores efeitos daquele decreto.

No entanto, as esperanças de soluções legais são poucas. Os trabalhadores sabem, e a CGTP-IN mais uma vez o reafirmou, que «nos tribunais se encontram mais de meio milhão de processos à espera de solução jurídica».

O Governo é incapaz de fazer cumprir as leis que ele próprio põe em vigor com vista a favorecer a restauração do grande capital e a enfraquecer as organizações dos trabalhadores.

«A evolução recente da situação política — salienta a CGTP-IN — a devolução de empresas ao patronato, a lei da contra-reforma agrária, a protecção que o governo tem dado às actividades repressivas do patronato reaccionário — incluindo o envio de forças militarizadas contra os trabalhadores — são factores que contribuem para o patronato aumentar a sua arrogância e despedir trabalhadores sem justa causa».

RESISTIR NOS LOCAIS DE TRABALHO

Esses despedimentos são, além do mais, uma «arma de repressão, selectiva para atingir os trabalhadores que mais se destacam na luta contra a exploração». Como a CGTP-IN divulgou, o despedimento de mais de 400 dirigentes e delegados sindicais, nos meses de Janeiro a Junho do ano corrente, é um sinal bem claro de que «a ofensiva visa também o enfraquecimento das organizações sindicais e dos trabalhadores, para mais facilmente poderem ser impostas medidas favoráveis

aos patrões» — àqueles que ergueram e seguem a bandeira da recuperação capitalista e do regresso ao passado.

A luta contra os despedimentos tem sido uma constante do movimento operário e das suas organizações de classe. É nela que se inscreve a campanha agora lançada pela CGTP-IN. Mas a situação obriga a um redobrar de esforços para que se cumpra o projecto socialista que a Constituição consagra.

Em todos os locais de trabalho, a CGTP-IN está presente com os trabalhadores para que aumente e se fortaleça a resistência aos despedimentos sem justa causa.

Nenhum trabalhador pode ser despedido sem nota de culpa e processo disciplinar, elaborado com a participação dos órgãos representativos dos trabalhadores.

Farmácias e Previdência

A CGTP-IN ASSINALA A INCAPACIDADE DO GOVERNO

A situação nas farmácias voltou à normalidade. Tomando posição sobre o boicote ao fornecimento de medicamentos aos beneficiários da Previdência, a CGTP-Intersindical Nacional assinala «a incapacidade demonstrada pelo Governo de encontrar soluções adequadas para a resolução de um problema que afecta directamente a quase totalidade dos trabalhadores do nosso país».

Nun comunicado distribuído à imprensa em 22 do corrente, horas antes de terminar o boicote, a CGTP-IN lembra que «até hoje, a prática política do actual Governo tem sido o afastamento dos representantes das organizações sindicais da gestão da Previdência e o mais manifesto desprezo pelas soluções

apresentadas. O isolamento do Governo das massas trabalhadoras — acrescenta o comunicado — leva a que o patronato reaccionário se sinta animado para desencadear esta criminosa ofensiva contra a saúde pública», nomeadamente no sentido de «pressionar o Governo para que dite medidas ainda mais lesivas dos interesses dos trabalhadores e obter dividendos políticos de acordo com a sua feroz ansia de maiores lucros».

Apoiando «a posição pública assumida pelos trabalhadores das farmácias, através dos seus Sindicatos representativos», a CGTP-IN recorda ainda a posição do Movimento Sindical, que há muito «tem vindo a denunciar a elevada diferença existente nas

das leis que violam o direito ao trabalho e à segurança no emprego». Al se condenava frontalmente a política de recuperação capitalista e se manifestava uma oposição unânime «à criação de um exército de reserva» de mão-de-obra barata e dócil perante a exploração e a opressão capitalistas». Al se exigia, com a legitimidade de um apoio em massa, o fim dos «despedimentos repressivos contra dirigentes, delegados e outros quadros e activistas sindicais e operários, impondo-se a reintegração imediata de todos os trabalhadores perseguidos pela repressão patronal e capitalista».

Hoje, esses objectivos mantêm-se com a situação agravada por um Governo submetido aos interesses da direita.

Por isso, a CGTP-IN reafirma que «só a luta organizada e firme, a partir de cada local de trabalho, criará condições para os trabalhadores resistirem aos despedimentos e para que a Constituição seja integralmente cumprida».

Dois anos de intervenção na Mundet

DA FALÊNCIA À RECUPERAÇÃO PELA MÃO DOS TRABALHADORES

Em 19 do corrente completaram-se dois anos de intervenção do Estado na MUNDET, grande empresa corticeira do Seixal. A assinalar a data, a Comissão de Trabalhadores-Gestão publicou um comunicado alusivo à acção empreendida na luta pela recuperação da empresa e pela garantia dos postos de trabalho, assinalando a dado passo:

«As medidas oficialmente determinadas no corpo do despacho de 19 de Agosto de 1975, juntamente com as que já vinham sendo postas em prática pelos trabalhadores a partir de 31 de Maio de 1974 conduziram, não sem enormes dificuldades

e sacrifícios, à recuperação da empresa, convertendo-se um estado de falência e de desemprego iminente para 1200 pessoas numa situação de crescente estabilidade».

Numa saudação fraternal a todos os trabalhadores e «incentivando-os a prosseguir na árdua luta em que continuamos empenhados», a CT-Gestão da MUNDET põe em relevo o acerto das posições e decisões tomadas ao longo de todo o processo de intervenção, fruto da elevada consciência de classe dos operários e dos restantes trabalhadores da empresa.

Numa altura em que o Governo do PS conluiado

com a direita continua a desprezar os esforços dos trabalhadores na gestão de tantas empresas intervenções para as entregar, em muitos casos, nas mãos de quem as sabotou, a MUNDET aí está como símbolo vivo do que pode a unidade dos trabalhadores, o seu empenho na defesa das conquistas de Abril e o seu trabalho abnegado de todos os dias para a verdadeira recuperação da economia nacional.

É pois de toda a justiça lembrar essa data para que dela se retire «força, ânimo e coragem para prosseguir na caminhada», como refere a CT da MUNDET, num voto que se pode aplicar a todos os trabalhadores portugueses.

Fusão na Banca

OS TRABALHADORES DEFENDEM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

«É indispensável a definição clara, por parte do Governo, da forma como vai ser feita a reestruturação da banca e qual a posição e o papel a desempenhar no novo figurino pela instituição resultante da fusão em comum» — afirmam numa declaração de princípios as Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais dos Bancos de Angola, da Agricultura e de Ponto de Magalhães, cuja fusão se anuncia.

«As estruturas dos trabalhadores devem integrar a comissão de fusão», devendo esta processar-se «pela integração dos trabalhadores dos três bancos em bloco na nova instituição» — precisa o documento, acrescentando que essa fusão deverá fazer-se «em perfeito plano de igualdade, não se admitindo que venham a verificar-se quaisquer

tratamentos discriminatórios, de modo que a instituição seja de facto uma e não três bancos com o mesmo nome».

Salienta ainda a declaração de princípios que a nova instituição bancária não deverá ter «nenhuma conotação com o regime e a situação política e económica anterior ao 25 de Abril».

As Comissões signatárias, reafirmando que «não mais aceitarão ser marginalizadas em processos desta natureza», reconheceram perante os órgãos do poder que «a reestruturação do sistema bancário é necessária e urgente», mas tendo nomeadamente em atenção que:

«Os vencimentos de todos os trabalhadores deverão ser nivelados pelos vencimentos mais favoráveis dentro de cada categoria e classe; os mapas de densidade, se os houver,

deverão ser uniformizados e regularizados; a carreira profissional será igual para todos os trabalhadores integrados», sem despedimentos, de modo que a nova instituição aproveite integralmente «todos os quadros dos três bancos».

A fusão, cujo projecto foi criticado oportunamente pelos trabalhadores em protesto enviado à Secretaria de Estado do Tesouro, não poderá implicar qualquer «atropelo das regalias já conquistadas e das garantias contratuais dos trabalhadores», assinala ainda a declaração, lembrando que tem de se «avançar com o processo iniciado com a nacionalização da banca, adaptando-a e estruturando-a para que sirva a economia, os interesses do povo e os objectivos adoptados na Constituição da República Portuguesa».



DOMINGO ESPECTÁCULO NO JAMOR Às 12 horas

com Carlos Moniz e Maria do Amparo, Barata Moura acompanhado por um trio instrumental e Grupo Trovante

E 2.º SORTEIO DA EP

LISTA DE BRINDES

- 1.º — MOTORIZADA CASAL
- 2.º — FRIGORÍFICO 230 Litros
- 3.º — FOGÃO DE COZINHA COM FORNO
- 4.º — ESQUENTADOR 10 Litros
- 5.º — BIBLIOTECA «POPULARES LIVRARIAS CDL» no valor de 3000\$00 (escolha)
- 6.º — GRELHADOR ELÉCTRICO
- 7.º — FERRO ENGOMAR C/VAPOR
- 8.º — VENTONHA ELÉCTRICA
- 9.º — PANELA PRESSÃO
- 10.º — TORRADEIRA ELÉCTRICA
- 11.º — BIBLIOTECA «EDITORIAL CAMINHO» (Valor 1175\$00)
- 12.º — 5 DISCOS LP «TOMA LÁ DISCO» (valor 1100\$00)
- 13.º — PEQUENA BIBLIOTECA «AVANTE!» (à escolha valor de 1000\$00)
- 14.º — BIBLIOTECA EDITORIAL OPINIÃO
- 15.º — TELA DE LENINE
- 16.º — DESENHO DE ÁLVARO CUNHAL C/MOLDURA
- 17.º — ASS. «AVANTE!»
- 18.º — ASS. EC — QUESTÕES ECON. SOCIAIS
- 19.º — ASS. REVISTA INTERNACIONAL
- 20.º — ASS. PODER LOCAL
- 21.º — ASS. SEARA NOVA
- 22.º — ASS. VIDA SOVIÉTICA
- 23.º — ASS. MILITANTE
- 24.º — ASS. MILITANTE
- 25.º — ASS. MILITANTE

Há piquenique! Leva famel

VITÓRIA DA UNIDADE NOS RODOVIÁRIOS DE VIANA DO CASTELO

A unidade dos trabalhadores voltou a ter a sua afirmação nas eleições sindicais. No seguimento das dezenas de Sindicatos que elegeram este ano direcções unitárias com um programa ao serviço dos trabalhadores, coube agora a vez ao Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo.

Os novos corpos gerentes, eleitos com 75 por cento dos votos entrados nas urnas,

apresentaram a sua lista sob a sigla «Pela defesa intransigente dos rodoviários e por um Sindicato forte, participado, unido, de classe, democrático e independente».

Afecta ao «movimento» fantoche da «Carta Aberta», a lista concorrente teve apenas 85 votos contra os 259 da lista vencedora.

No acto eleitoral, o mais concorrido de sempre, participaram 60 por cento dos trabalhadores sindicalizados.

PORTUGAL — GUINÉ-BISSAU

Foi recentemente publicado no «Diário da República» o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a República da Guiné-Bissau, assinado em 1 de Junho deste ano pelo ministro português dos Negócios Estrangeiros,

Medeiros Ferreira, e pelo embaixador daquele jovem país africano em Lisboa, camarada Júlio Semedo.

O referido protocolo tem como principal objectivo «facilitar a interpretação e aplicação do acordo» celebrado entre os dois países em 22 de Junho de 1975.

«Trabalhadores em armazém»

NOVA MODALIDADE DE DESPEDIMENTO COLECTIVO

O sr. Nandim de Carvalho, conhecido pèpêdê, foi quem divulgou a descoberta. Para ele, no cumprimento das funções de adjunto do ministro da Indústria e Tecnologia, mais de 1500 trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira devem ser colocados «em armazém».

Esta terminologia não surge por acaso. É, pelo contrário, bem reveladora das intenções do PPD e do Governo PS, que com ele converge na restauração do grande capital e na criação acelerada do «exército de reserva» de mão-de-obra ao serviço da sobreexploração capitalista.

A inovação, que revela a pouca vergonha de quem pretende aumentar os «stocks» de desempregados à espera de os pôr no «sótão» da miséria, é mais uma forma de despedimento colectivo que os trabalhadores continuarão a combater exigindo o cumprimento da Cons-

tituição.

É sabido que, para o grande capital, os trabalhadores não passam de uma mercadoria. Daí a designação tecnocrata «em armazém», até que, segundo foi tornado público, um decreto-lei permita às empresas «em crise» despedir os trabalhadores.

Deste modo, prossegue, com palavreado novo e moldes velhos, a ofensiva contra o direito ao trabalho e a garantia de emprego.

A manobra «em armazém», preparada pelo Governo do PS através do Ministério da Indústria e Tecnologia, já foi desmascarada pelas

Comissões de Trabalhadores (Tramagal e Lisboa) da Metalúrgica Duarte Ferreira. A única diferença entre o «armazém» e o despedimento puro e simples é que, utilizando o novo rótulo, não serão pagas as indemnizações legais.

«Dispostos a lutar até ao limite do impossível contra tal arbitrariedade», que nenhuma «crise» pode justificar, as duas Comissões de Trabalhadores da MDF pedem aos trabalhadores que «se mantenham numa laboração normal» enquanto aguardam o início de Setembro, ou seja o final das férias, para prestarem, em plenário, «todas as informações ainda necessárias», apresentando ao mesmo tempo «a sua proposta de acção e de luta» em «defesa do direito ao trabalho».

Na J. Pimenta

SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA CONTRA DESPEDIMENTOS ILEGAIS

«O processo de saneamento político, ideológico e sindical» contra trabalhadores da J. Pimenta, conduzido pela Comissão Administrativa da empresa com o estímulo do Governo do PS e das suas leis antioptimistas, foi denunciado em conferência de imprensa promovida há dias por membros da CT juntamente com elementos de direcções sindicais.

Numa adesão total à campanha contra os despedimentos, lançada recentemente pela CGTP-Intersindical Nacional, foi mais uma vez reafirmado que «o afastamento de delegados sindicais e de membros de comissões de trabalhadores, que se verifica por todo o País, é uma acção concertada que

visa destruir a organização da classe», pelo que no encontro com os jornalistas, os trabalhadores da J. Pimenta se manifestaram «solidários com a luta de quantos, de norte a sul do País, resistem a todas as tentativas do patronato de efectuar despedimentos».

Depois da suspensão de 28 membros da CT, a Comissão Administrativa daquela empresa já enviou «notas de culpa» a mais 19 trabalhadores, facto que foi referido na conferência de Imprensa como susceptível de apontar «para um processo que visaria conduzir ao desemprego um grande número de empregados e que seria facilitado pelo anterior afastamento de elementos das estruturas representativas da

empresa (CT e delegados sindicais)».

A suspensão dos 19 trabalhadores da J. Pimenta é provavelmente ilegal à luz da nova legislação sobre despedimentos. A sua manutenção, segundo foi reafirmado pela CT, «tem de ser considerada um gravíssimo atentado aos mais elementares direitos dos trabalhadores, levado a cabo com a cobertura do magistrado instrutor do processo».

Dispostos a combater a ofensiva dos despedimentos abusivos dentro da empresa, os trabalhadores da J. Pimenta têm a seu lado a força do Movimento Sindical, a razão e a justiça que preside à sua luta em todo o País pelo respeito integral da Constituição.

Vida e obra de Karl Marx

Preço 12\$50

Karl Marx

edições Avante!

O ABC do MARXISMO-LENINISMO a sua pequena biblioteca

Viva o 60.º aniversário da Revolução de Outubro

UMA EXPERIÊNCIA PRECIOSA

A grande Revolução Socialista de Outubro foi o epicentro de um duplo movimento histórico de uma extraordinária unidade interna: O movimento pela reestruturação socialista e pela humanidade e o movimento de libertação dos povos sob dominação imperialista. O desmoronamento dos impérios coloniais e a sua manifestação mais eloquente. Constituem grandes vitórias para os nossos povos, para a revolução mundial, para o conjunto das forças da paz. No entanto, graves problemas permanecem sem solução, problemas esses que constituem o fulcro da luta nacional e de classes. O neocolonialismo, enquanto forma actual de inserção dos jovens Estados no sistema capitalista internacional, agrava o subdesenvolvimento e as suas contradições específicas. A situação neocolonialista cria no seio da contradição global da nossa época, a que opõe o socialismo mundial ao capitalismo internacional, uma contradição principal e específica que opõe os nossos povos ao imperialismo. O conteúdo principal da luta nacional e de classes nos países em vias de desenvolvimento engloba a maneira de resolver essa contradição. Que tratamento lhe dar? O tratamento será revolucionário ou reformista? Nesta, como em todas as outras questões, não pode existir uma terceira via.

A via reformista, tal como demonstra a experiência, é incapaz de assegurar a independência e, ainda

menos, a reabsorção do subdesenvolvimento. E é-o porque não pode ultrapassar a lógica do conjunto do desenvolvimento capitalista e neocolonialista. Os factos demonstram que os poderes que se empenham numa via capitalista são prejudiciais à grande massa da população.

Por AMATH DAMSOKO membro do Bureau Político do CC do Partido Africano da Independência do Senegal

O capitalismo é, aqui, congenitalmente, sinónimo de subdesenvolvimento.

A via do desenvolvimento capitalista é, hoje a opção de uma série de Estados da África e da Ásia. Foi adoptada e posta em prática por Estados que querem dar uma solução revolucionária à contradição que opõe a esmagadora maioria dos seus povos, tanto na questão nacional como no plano social, ao imperialismo internacional e ao capitalismo dependente.

Os estados progressistas da África tropical, tendo conhecimento da medida exacta da hostilidade dos seus povos face ao imperialismo e aos danos por ele causados, tentam utilizar as grandes possibilidades abertas pela existência de um poderoso sistema socialista mundial para resolver simultaneamente a questão nacional e os problemas ligados à criação de uma sociedade sem exploração de classes. É pelo

progreir corajoso desses Estados que se mede, hoje em dia, a influência progressiva do socialismo existente, a modificação que se opera no seio do movimento de libertação nacional. Os Estados progressistas da África tropical pensam as suas perspectivas integrando-as na

trajectória geral do socialismo científico de Marx e Lênine. Estão, doravante, e cada vez mais, num relacionamento positivo com o marxismo-leninismo. Alguns professam abertamente a Ideologia Internacional do proletariado.

As tarefas a resolver para caminhar para o socialismo são imensas. A experiência mostra-nos que as contra-revoluções abertas ou gradualmente planeadas, são possíveis. Mas pode afirmar-se que nenhuma derrota por mais retumbante que tenha sido, conseguiu desencorajar o ardor revolucionário dos patriotas. Numericamente, os Estados progressistas estão a aumentar. Em segundo lugar, cada derrota serviu antes do mais para galvanizar as suas energias, estimulou neles uma percepção teórica mais científica do empreendimento revolucionário e deu origem

aos esforços para uma cooperação mais profunda com o campo do socialismo, bem como a uma assimilação mais rigorosa das grandes experiências do socialismo.

São de salientar dois aspectos principais nas dificuldades que terão de superar. Enquadram-se na via não-capitalista, na construção dos fundamentos do socialismo sem terem ainda deixado de pertencer à esfera do sistema capitalista internacional. Esse facto influencia ainda de forma considerável, e não obstante o contrapeso tendencialmente determinante da sua cooperação multiforme com o campo socialista, importantes aspectos da sua vida económica e social. O poder político, se bem que tendente a promover um sector de Estado e cooperativo dominante nem sempre encontra um meio eficaz de conter a doença cancerosa, natural, do capitalismo.

Outras dificuldades, não menos graves, se colocam aos Estados progressistas. A lição de Outubro e a construção do socialismo na URSS é também a arte de ultrapassar os obstáculos. Demonstrou que o socialismo pode ser assimilado por largas camadas de camponeses.

O socialismo não é apenas um eixo de referência ideológica, é uma vida de trabalho livre de exploração, é uma força económica, política, diplomática e militar de primeira ordem. É um capital das grandes experiências de luta contra o imperialismo e a contra-revolução interna.



ÊXITO CIENTÍFICO SOVIÉTICO

O quebra-gelos soviético «Artika», accionado nuclearmente, atingiu o Polo Norte, no passado dia 17. Pela primeira vez na história da navegação, foi ultrapassada a difícil e perigosa barreira de gelo que domina a bacia polar central. Tal como sublinhou um locutor da Televisão soviética, que transmitiu a notícia do êxito nos principais programas noticiosos, a viagem do «Artika» concretizou «o velho sonho de muitas gerações de marinheiros e de exploradores polares». Segundo uma informação especial do correspondente da TASS, a bordo do «Artika» a tripulação, comandada pelo camarada Y. Kuchiyeve, dedicara o feito ao 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, que se comemora este ano. Os tripulantes deixaram no Polo Norte uma placa comemorativa com o emblema da URSS: o símbolo glorioso da aliança operária-camponesa — a foice e o martelo —, o nome do navio, a data e as coordenadas da sua posição. Recorde-se que placas semelhantes foram deixadas na Lua por naves espaciais soviéticas. O «Artika» é o mais potente barco deste tipo, tem 140 metros de comprimento e dispõe de dois reactores nucleares e quatro turbinas a vapor que fornecem uma energia de 75 000 cv.

QUANTO CUSTA O QUE É DE GRAÇA NA URSS?

A subida de salários, mantendo-se os preços estáveis, não constitui o único índice do aumento de nível de vida dos soviéticos durante o último quinquénio (1971-1975). Esta é a conclusão de um inquérito social efectuado pelo correspondente da ANP numa cidade soviética de relativa importância (212 000 habitantes), um dos vinte e cinco lugares-chave das regiões da República Socialista Soviética da Ucrânia.

Leonide Vidavsky, de 37 anos, serralheiro, vivendo na cidade de Tcherkassy e a sua mulher Maria, professora ucraniana numa escola secundária, não souberam responder às quatro perguntas que se seguem, todas elas directamente relacionadas com o seu orçamento familiar.

1 — Recentemente mudaram de casa para um alojamento com dois quartos, 47 metros quadrados, com cozinha, casa de banho e todo o conforto moderno.

2 — A filha mais velha, Svetlana, está no quinto ano de escolaridade. Quanto custam os estudos de uma criança durante o ano escolar?

3 — Já há vários anos que Leonide é diabético. A doença não é grave mas se não lhe complica muito a vida, isso deve-se apenas ao facto de Leonide fazer, anualmente, um mês de profilaxia num hospital. Qual é o preço desta estadia no hospital?

4 — O seu filho Slava, de 3 anos, frequenta um jardim infantil. Durante as horas de trabalho dos pais, ele passeia e brinca sob os cuidados de uma educadora, toma no jardim as quatro refeições e dorme uma hora depois do almoço.

Quanto custa esta frequência de uma criança num jardim de infância?

A resposta dos Vidavski às três primeiras perguntas foi a seguinte: "Para nós tudo isto foi gratuito e o que custou ao Estado, isso não sabemos". Quanto ao jardim de infância é mais simples: "O preço é de 12 rublos e 50 kopecks, damos por ano 150 rublos".

No Soviète da cidade colocou as mesmas quatro perguntas. Os departamentos encarregados da educação pública, da saúde pública, da construção de alojamentos, fizeram cálculos e deram-me números exactos:

1 — A construção de um metro quadrado de apartamento custa ao Estado 160 rublos. Portanto, o apartamento dos Vidavski custou 7500 rublos.

2 — Um ano de estudos na escola custa, por aluno, 450 rublos.

3 — Um mês de hospitalização custa 180 rublos. (Isto não inclui apenas os salários do pessoal do hospital, as despesas dos medicamentos e com a alimentação do doente. Se se tiver em conta o custo do equipamento, da iluminação, do aquecimento, etc. assim como da construção do hospital, esta soma triplica. Acrescente-se que as facturas para todos os medicamentos dados pelas farmácias aos diabéticos são pagos, não pelos próprios doentes, mas pelo departamento de saúde pública da cidade. Além disso, por um mês de hospitalização, o sindicato de Leonide concedeu-lhe uma soma igual ao seu salário habitual).

4 — E, por fim, a frequência e a manutenção de uma criança num jardim infantil, durante um ano, custa 510 rublos.

Façamos a soma: 8640 rublos. Descontemos os 150 rublos pagos pelos Vidavski no jardim de infância. Portanto, o que é de graça

para a família, custa, na realidade, 8 490 rublos.

É muito ou pouco? Comparemos com o salário anual real do casal, que é de 3 840 rublos. Agora, somos capazes de calcular o valor real da contribuição dada pelo Estado ao orçamento familiar dos Vidavski.

Reportagem de LEV VOSKRESSENSKI correspondente da ANP

É verdade que o seu apartamento não se tornou sua propriedade e que pertence ao Estado. Antes de o habitarem, assinaram um contrato com um departamento do Estado de exploração do fundo de habitação. Nos termos do contrato, este gabinete mantém e repara o prédio à sua custa, enquanto os inquilinos pagam 16 rublos por mês (o que compreende o aluguer, o aquecimento, a luz, o gaz, telefone, em resumo tudo). Note-se que, mesmo durante vários decénios, a renda não cobrirá as somas gastas pelo Estado na construção do prédio.

É evidente que os Vidavski não mudam todos os anos de casa. Os 7500 rublos em questão, são, podemos dizer, uma contribuição única, excepcional, feita pelo Estado ao seu orçamento. Em compensação, tudo o resto escola, jardim infantil, hospital — constituem despesas anuais. Svetlana tem ainda diante dela seis anos de estudos escolares, e o seu pai terá, durante um certo tempo, de continuar as suas hospitalizações preventivas. Quer isto dizer que o Estado, tendo assumido as despesas de educação e de saúde, contribuirá, anualmente, para o orçamento dos Vidavski com 990 rublos, ou seja um quarto dos seus ganhos anuais.

Atenção! Estava a enganar-me... Os 900 rublos foram as despesas do Estado em 1975, mas durante 1976 já aumentaram: o que é gratuito para cada cidadão da URSS, torna-se cada vez mais caro, de ano para ano, para o Estado.

Porque é que o que é de graça se torna cada vez mais caro?

Por exemplo, o que os cidadãos pagam pelo jardim de infância tornase imutável, enquanto a manutenção de uma criança se torna mais cara! Em 1976 atingiu 510 rublos e era de 450 rublos em 1970.

Isto é natural: compra-se novo mobiliário, roupas, brinquedos; mas isto não é o fundamental. Em 1972, os salários de todos os educadores e educadoras dos estabelecimentos pré-escolares da URSS aumentaram. Não se

reflectindo nos orçamentos familiares dos pais, este aumento fez crescer o capítulo de despesas do orçamento do Estado.

A situação é semelhante na saúde pública.

No decurso do 9.º quinquénio, foram construídos em Tcherkassy vários hospitais e policlínicas, mas segundo Lídio Mouraenko, directora do departamento da saúde pública da cidade, ainda são insuficientes, isto porque a população da cidade cresceu rapidamente passando nos últimos quatro anos de 170 000 para 212 000. A rede da saúde pública desenvolve-se ainda mais rapidamente: há cinco anos, o número de camas em hospitais era de 7 por mil habitantes e actualmente é de 9/1000. O progresso é evidente mas ainda não atinge o nível satisfatório: são necessárias 13 camas por 1000 habitantes. As necessidades da cidade em hospitais serão completamente satisfeitas no fim do presente quinquénio, iniciado em 1976. O desenvolvimento da sua construção exige um aumento dos investimentos do Estado.

O pessoal da saúde é mais numeroso: enquanto que em 1970, compreendia, em Tcherkassy, 531 médicos e 1703 enfermeiras, hoje há respectivamente 615 e 2052. Ora é preciso notar que, em 1972, os salários do pessoal da saúde foram aumentados.

Um hospital de "socorro de urgência" foi inaugurado. O material e o equipamento, sem contar com a construção, custaram 450 000 rublos. Os aparelhos médicos tornam-se mais complicados, mais aperfeiçoados e, portanto, mais caros. Um aparelho moderno de raios X, por exemplo, custa nem mais nem menos que 25 000 rublos e um hospital de 600 camas devem ter no mínimo quatro destes aparelhos. Isto é, os investimentos devem ser de novo aumentados. No 8.º quinquénio (1966-1970), as despesas anuais médias do orçamento da saúde pública Tcherkassy, por habitante em Tcherkassy, a 134 rublos e no 9.º quinquénio em 148 rublos.

E isto posto que a população desta cidade cresce, anualmente, quase 12 000 habitantes.

E agora passemos às escolas.

Segundo os dados do departamento da educação nacional do Soviète da cidade, as despesas anuais do Estado com a educação de um aluno aumentaram, em Tcherkassy, no decurso do quinquénio, de 314 para 450 rublos.

Este último número espantou-me: primeiro, ultrapassa largamente a regra à escala nacional; em seguida trata-se de um aumento de cinquenta por cento. É possível que este considerável aumento seja apenas devido à subida dos salários dos professores? Para os educadores dos estabelecimentos pré-escolares, os salários aumentaram também, mas as despesas da manutenção de uma criança num jardim de crianças subiram apenas 40 rublos. (Quanto aos jardins infantis, Tcherkassy está de acordo com a generalidade a nível nacional). Porque razão se tornou, pois, o aluno mais caro 136



rublos para o Estado?

— Se visitarem o complexo interescolar, este aumento torna-se claro, aconselho-me Irina Koloskova, directora do departamento da educação nacional da cidade.

O complexo dos estudos e de produção para a aprendizagem do trabalho e a orientação profissional inclui sete escolas. Os alunos do nono e do décimo anos de estudos frequentam-no uma vez por semana. Durante dois anos, um jovem ou uma jovem adquirem aí uma especialização, à sua escolha: marceneiro, torneiro, serralheiro, desenhador, secretário-dactilógrafo, motorista, vendedor, ajustador de aparelhos de controlo e de medição etc.

Aqueles que tiverem concluído os estudos com sucesso e passarem nos exames, receberão, ao mesmo tempo que o diploma do fim de estudos, o certificado de atribuição da qualificação. O conjunto das especialidades foi estabelecido tomando em consideração as necessidades em perspectiva das empresas industriais desta cidade.

Cada um dos vinte professores que trabalham no complexo devem não só ser pedagogos, mas ao mesmo tempo, possuir a especialização na matéria que ensinam aos alunos. Por exemplo, Valentina Cheverda, professora de dactilografia, trabalhou como secretária-dactilógrafa, antes de terminar o instituto pedagógico. Um engenheiro de construção civil, que trabalhou durante 15 anos como professor, ensina a uma

grupo de alunos o desenho industrial.

Os gabinetes de estudos têm um equipamento moderno, compreendendo aparelhos, diapositivos, máquinas, ferramentas, mecanismos. Tudo isto custa bastante. Por exemplo, cada uma das oito mesas que servem nos trabalhos de laboratório no gabinete de electrónica custa 614 rublos e o conjunto de apresentação de experiências, 900 rublos.

Em resumo, ao sair do complexo de estudos, eu admirava-me mais mas era com o facto das despesas do Estado com os estudos terem crescido apenas cinquenta por cento.

O que é que aconteceu aos salários?

Vimos pois que, durante o nono quinquénio, a contribuição do Estado para o bem estar dos Vidavski aumentou. E os seus salários reais como evoluíram?

O salário de Leonide aumentou por dois lados. Ele é electricista num estaleiro e os operários da construção viram os seus salários aumentar 20 a 25 por cento. No ano seguinte, Leonide acabou os estudos técnicos na sua empresa (bem entendido, grátis, mas feitos durante as horas livres) e passou no exame o que lhe valeu uma categoria mais alta; daí resultou

uma melhoria de salário de 15 rublos. No total, ele ganha hoje 145 rublos por mês.

Maria ganha mais do que o chefe de família: 222 rublos. O salário dos professores soviéticos aumenta com a antiguidade. Há 19 anos Maria recebia apenas 19 rublos, mas a antiguidade proporciona um aumento constante; por outro lado, em 1972, os salários de todos os professores soviéticos foram aumentados.

No total, o rendimento mensal dos Vidavski cifra-se em 367 rublos; uma vez descontado o imposto sobre o rendimento e as quotizações sindicais, etc., ficam, restam-lhes 320 rublos.

Entre as despesas, o artigo principal é a alimentação, cerca de 120 rublos por mês. É interessante notar que a maior parte desta soma é gasta aos sábados e domingos, dias sempre mais caros para a família do que todos os outros da semana. As refeições nas cantinas das empresas são, na URSS, bastante baratas graças aos subsídios concedidos pelo Estado. Leonide vai para o trabalho apenas com um rublo que lhe chega perfeitamente. O almoço de Svetlana na escola custa-lhe apenas 23 kopecks; o leite para o lanche é dado gratuitamente. Sem dúvida que as três refeições de Slava no jardim infantil custam mais de 12 rublos, dos quais 50 kopecks são pagos pelos pais mensalmente. Deste modo a participação do Estado reduz consideravelmente as despesas familiares também na alimentação.

As despesas dos Vidavski aumentaram durante o último quinquénio? Certamente: em primeiro lugar o nascimento de Slava. Mas, observava Maria "comprimos mais coisas". Trata-se tanto de vestuário como de alimentos.

A opinião de Maria é confirmada por Grigori Oussaty, director do departamento de comércio do Soviète da cidade:

— Em 1970, em Tcherkassy venderam-se 890 rublos de artigos e produtos alimentares por habitante, em 1975, 1026 rublos. Dada a estabilidade dos preços, estes números indicam o crescimento absoluto do consumo. Este último, no entanto, diz respeito aos produtos mais importantes, tal como a carne (em 1970, venderam-se 11,5 milhões de rublos, em 1975 22,3 milhões ou seja o dobro). E por outro lado, é a proporção de objectos manufacturados, em primeiro lugar de artigos de uso duradouro, que aumenta no conjunto da circulação de mercadorias.

Deste modo, no último quinquénio, os Vidavski começaram a ganhar mais, mas também a comprar mais. Mas o balanço não foi alterado. Tal como nos anos precedentes, a família deposita uma certa parte das somas ganhas na caixa económica. Neste momento, os Vidavski têm no livrete (isto é, na caixa económica) pouco dinheiro: tendo mudado de casa, compraram novas mobílias, um bom televisor (354 rublos) e um frigorífico (250 rublos). O mobiliário finalistas da escola de oito anos de estudo, 2 506 continuaram os estudos nas escolas secundárias gerais, técnicas ou escolas de aprendizagem profissional técnica. Apenas sete finalistas (no conjunto da cidade) não puderam frequentar a escola geral secundária: cada um destes casos foi examinado no departamento da instrução pública como acontecimento excepcional.

Assim, as condições de vida dos Vidavski e as mudanças que ocorreram nesta família, no decurso do último quinquénio, podem ser consideradas como típicas.

Este exemplo permite-nos avaliar de um modo espectacular os progressos do aumento do bem estar dos soviéticos. Elevar a vida do povo foi, como se sabe, a principal tarefa da União Soviética no 9.º quinquénio, há pouco tempo encerrado.

Os Vidavski são uma família típica?

O próprio casal considera que "vive como toda a gente, nem pior nem melhor". Esta opinião precisa de ser comentada. O salário de Leonide, na verdade não anda longe da média. Segundo as estatísticas soviéticas, o salário mensal médio de um operário atingiu, na URSS, 146 rublos, em 1974, o que coincide com o de Leonid, como se costuma dizer, rublo por rublo. Maria faz parte dos

professores bem pagos. Portanto, a totalidade dos rendimentos do casal ultrapassa um pouco a média.

Contudo, tendo estudado atentamente a estrutura social e demográfica da população de Tcherkassy, cheguei à conclusão de que o modelo de família em questão (marido, mulher, dois filhos) se afasta do "standard". Em Tcherkassy, uma família com um só filho, mas em compensação com os avós, seria mais típica. Ora, regra geral, o avô ou a avó trabalham ou recebem uma pensão de reforma, isto é, estão a cargo do Estado, e as crianças a cargo dos pais. Assim, embora o rendimento dos Vidavski ultrapasse a média, as suas despesas por pessoa ultrapassam, por sua vez, a norma corrente e quanto ao nível total das receitas e despesas, os Vidavski vivem realmente "como toda a gente".

Quanto às suas condições de alojamento, podemos considerá-las como médias, típicas. Durante o 9.º quinquénio, cerca de 40 000 habitantes (perto de um quinto da população) melhoraram as suas condições de alojamento.

A educação das crianças nas escolas e a sua manutenção nos jardins de infância não são, de modo algum, um privilégio dos Vidavski. Uma das mais importantes tarefas sociais e políticas da URSS, no 9.º quinquénio, foi de aumentar o ensino geral secundário para dez anos. Em Tcherkassy, este problema está praticamente resolvido: em 1975, em 2 513 finalistas da escola de oito anos de estudo, 2 506 continuaram os estudos nas escolas secundárias gerais, técnicas ou escolas de aprendizagem profissional técnica. Apenas sete finalistas (no conjunto da cidade) não puderam frequentar a escola geral secundária: cada um destes casos foi examinado no departamento da instrução pública como acontecimento excepcional.

Assim, as condições de vida dos Vidavski e as mudanças que ocorreram nesta família, no decurso do último quinquénio, podem ser consideradas como típicas.

Este exemplo permite-nos avaliar de um modo espectacular os progressos do aumento do bem estar dos soviéticos. Elevar a vida do povo foi, como se sabe, a principal tarefa da União Soviética no 9.º quinquénio, há pouco tempo encerrado.

Notícias breves dos países socialistas

• Mais de 21 por cento do comércio externo romeno é feito com os países em vias de desenvolvimento; a cooperação compreende fornecimento de maquinaria, fábricas completas, tratados de cooperação a longo prazo, assim como o trabalho de especialistas romenos nesses países.

• No primeiro semestre deste ano, mudaram-se mais de 7500 habitantes da província de Thai Binh, ao sul de Hanói, para novas regiões económicas do Vietnã central e meridional; prevê-se que até 1980 serão mudados mais 200 000 vietnamitas para tais regiões.

• Ascenderá a 1,2 milhões (mais 120 000 que na mesma temporada do ano passado) o número de turistas que este ano se recrearão na costa búlgara do mar Negro, onde entretanto estão a ser construídos novos hotéis, restaurantes e centros desportivos.

• A Rádio Praga difunde diariamente todos os seus noticiários em 10 idiomas. Desde a fundação do primeiro "club de ouvintes", em Cuba em 1958, centenas de outros se formaram; a estação recebe anualmente milhares de cartas de ouvintes, vindas de todas as partes do mundo.

• No novo ano escolar, que começa em Setembro, os estudantes soviéticos terão à sua disposição 300 milhões de livros didácticos; o inventário desses livros compreende mais de 2000 títulos, que vão desde o abecedário à Física Cósmica.

INTERNACIONAL

A BATALHA PELA PAZ PASSA PELA LUTA CONTRA O «APARTHEID»

Há alguns dias, em Lagos, capital da Nigéria, onde a Conferência Mundial Contra o Apartheid alinha esforços para uma intensificação da campanha contra o racismo na África Austral, afirmou-se justamente: "Soweto é um exemplo". Um exemplo dos efeitos de uma política racista. Um exemplo do que é a batalha que hoje se processa em África.

Soweto conta, na sua história de subúrbio miserável, para onde são atraídos os trabalhadores negros, os mais explorados, a base dos lucros fabulosos das multinacionais que operam na RSA, e que tentam, em simultâneo, lavar as mãos dos crimes cometidos por um regime ao seu serviço — Soweto conta com centenas de mortos na batalha contra o racismo e a liberdade. Centenas de mortos, de presos, de torturados — entre os quais muitas crianças. Soweto é a presença diária da polícia branca, o estigma permanente do racismo — um símbolo da repressão.

Mas Soweto é também uma trincheira de luta. De luta permanente e heróica, que a mais brutal repressão não soube nem sabrá sufocar.

Soweto. Símbolo de um regime caduco que se lança nas últimas — e perigosas — aventuras. Símbolo da batalha imparável dos povos africanos contra o racismo, pelo fim de todas as formas de dominação colonial e neocolonial, por um futuro de progresso e paz.

Neste momento centrada na RSA — mas desenvolvendo-se também noutros múltiplos polos — processa-se em toda a África uma batalha com os mesmos fundamentos da que se trava nas ruas de Soweto. De um lado a reacção neocolonial e racista. De outro, as forças que defendem a paz e combatem o racismo. De um lado desenvolve-se o fabrico de armas nucleares. De outro condenam-se os fornecedores de armas à RSA e juntam-se esforços para reforçar o auxílio aos movimentos de libertação. De um lado Pretória. De outro, Lagos.

Recentemente, a União Soviética denunciou, e tem repetido insistentemente essa acusação, que a RSA está a preparar o fabrico das suas próprias armas nucleares. Em mensagem pessoal dirigida aos governos de diversos países capitalistas, Brejnev advertiu do perigo tremendo que tal facto representaria, como ameaça à paz em África, a todos os países africanos que seguem uma linha de independência nacional e de progresso, como ameaça ao sistema de estabelecimento e consolidação de um clima de distensão a nível internacional. O mundo do capital — sendo embora o fornecedor de armas ao regime de Pretória — declara repulgar tal escalada na tensão em África. A França — fornecedora de duas centrais nucleares à RSA, libe-se apressadamente de responsabilidades. Índices de que o perigo é real, e bem fundamentadas as denúncias da URSS. Mas também de que a causa de Pretória é demasiado sórdida e impopular para que alguém se atreva a surgir como seu defensor.

Enquanto em Pretória se prepara uma perigosíssima escalada na tensão que se vive no continente, em Lagos reforça-se a unidade e a organização das forças anti-racistas. Tendo começado os seus trabalhos no dia 22, a Conferência Mundial Contra o Apartheid reúne representantes de 68 países e diversas organizações internacionais, encontrando-se também presente Silas Cerqueira, secretário executivo da Conferência Mundial realizada em Lisboa. Na ordem de trabalhos: análise da situação política e social na África Austral, análise da actuação de diversos governos em relação aos regimes racistas, nomeadamente violação de decisões da ONU, apoio político aos movimentos de libertação. Como conclusão dos trabalhos, deverá ser elaborada uma declaração política conjunta.

A reunião de Lagos, como a denúncia e repúdio do fabrico de armamento nuclear pela RSA, são dois aspectos da luta comum contra o apartheid, contra a ameaça que os regimes racistas e reacçãoários constituem para a paz mundial. Num momento em que a RSA ensaia mais um criminoso passo na sua prática de violência, repressão, agressões a outros países, o combate ao apartheid adquire ainda uma maior actualidade, a luta das forças da paz contra qualquer escalada no domínio armamentista; luta vital, impõe-se com uma ainda maior premência.

SÍLVIA GINGOLD: MAIS UMA VÍTIMA DAS «INTERDIÇÕES PROFISSIONAIS»

Silvia Gingold, jovem professora de francês na RFA, acaba de ser condenada, por tribunal, à expulsão do ensino. A acusação é elucida sobre o fundamento da justiça da RFA, sobre o significado da "democracia" neste país. Estes os "crimes" de que Silvia Gingold é acusada: ser comunista, membro do DKP, ter sido candidata pelo seu partido, ter visitado a República Democrática Alemã.

Antes de Silvia Gingold, muitos e muitos outros comunistas e democratas têm sido expulsos do seu trabalho, sob a acusação de não se sujeitarem aos ditames do "socialismo em liberdade" assim praticado na RFA. Expulsão que, numa sociedade onde o desemprego é crescente, significa também, com frequência, a negação de um outro direito vital: o direito ao trabalho.

A lei das interdições profissionais — que serve de base legal a esta escandalosa



Silvia Gingold

forma de repressão contra as forças progressistas — funciona como a cobertura jurídica de uma prática vulgar por todo o mundo do capital.

Uma prática que na RFA — significativamente — adquire uma vergonhosa envergadura, ao cobrir-se da máscara "respeitável" da lei.

Silvia Gingold é filha de antifascistas judeus, perseguidos dentro do quadro das "leis" hitlerianas, e que se refugiaram em Paris. Então a Alemanha reservava a todos os elementos progressistas as alternativas da prisão, da clandestinidade ou da morte. Hoje, a RFA, que dá guarda e defende os antigos criminosos nazis, já não cala a afirmação da necessidade de uma vida melhor, pela morte. Ser-lhe-ia difícil. Tenta calá-la negando o direito ao trabalho daqueles que se lhe opõem. Tudo legal, "limpo". Mas, antes como agora, ineficaz.

Ineficaz, porque se desenvolve a luta na RFA contra esta vergonhosa forma de repressão. Ineficaz, porque Silvia Gingold, como muitos outros camaradas, como muitos outros democratas, impedidos de exercer a sua profissão no "mundo livre", são um exemplo do que significa liberdade no sistema capitalista. Um exemplo a desmascarar a demagogia dos arautos de um mundo que está a morrer.

República Federal Alemã

«SOCIALISMO EM LIBERDADE» DEFENDE CRIMINOSOS NAZIS

Herbert Kappler, criminoso de guerra nazi preso em Itália, responsável directo pela morte de mais de 300 judeus italianos, fugiu da prisão onde se encontrava, com auxílios que naturalmente superam a versão de apoio exclusivo da sua mulher, e atravessou a fronteira para onde tem guarida e protecção certa — a República Federal Alemã.

Kappler sabia bem a que porta batia quando se refugiou na RFA. As autoridades da República Federal Alemã, recusam a prisão e a extradição do criminoso, e protegem-no de quaisquer percalços. A reacção encauçada de advogados, médicos, padres, ou simples cidadãos "humanitários", desenvolve e propaga estranhas ideias em que se defende o «pobre» Kappler, colaborador activo no assassinato de milhões de pessoas na 2.ª guerra mundial, como um «velho doente», massacrado pela prisão de vários anos. Aproveita-se mesmo a oportunidade para ventilar outros tantos casos de

outros «pobres velhos», que se dedicaram durante os anos da guerra a desenvolver a «ciência» do assassinato colectivo.

A posição da RFA no caso Kappler não tem nada de estranho. Corresponde fielmente à política interna que tem sido seguida em relação aos nazis criminosos de guerra.

Assim, em Novembro de 1976, a comissão nacional polaca encarregada da investigação penal dos crimes nazis, revelou os seguintes factos: enquanto na República Democrática Alemã 77% dos 16 572 indivíduos contra quem foi aberto inquérito foram

condenados, na RFA só 8% dos 78 242 suspeitos de crimes nazis foram condenados pela justiça. Em 50 000 condenações por crimes nazis verificadas em todo o mundo desde 1944, só 6 370 foram pronunciadas na RFA, o país em que está concentrado um maior número de criminosos nazis.

A realidade dos números atesta que a grande maioria dos criminosos de guerra nazis na RFA, sempre esteve e continua em liberdade. Os seus crimes permaneceram impunes.

Mas há mais. E o caso de Kappler atesta-o. Há pressões reconhecidas, e a que é dada voz, para que sejam libertados os criminosos nazis que se encontram hoje nas cadeias da RFA. Segundo um informação do jornal de Berlim-Oeste «Der Tagesspiegel», de 8 de Janeiro de 1977, o padre Ulrich Klug, encarregado da Justiça no Senado de Hamburgo, «pronunciou-se com insistência para que sejam anistiados os criminosos nazis condenados a prisão propostos nas mesmas condições dos outros presos igualmente condenados por toda a vida». O que aliás já tem vindo a ser levado à prática.

Muito longe se está da Conferência de Moscovo, realizada em Outubro de 1943, entre os ministros de Negócios Estrangeiros da URSS, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, em que se decidiu:

«Logo que seja concedido um armistício a um governo formado na Alemanha, seja ele qual for, os oficiais e soldados alemães e os membros do partido nazi que foram responsáveis, ou que permitiram as atrocidades, os massacres e as execuções verificadas, serão enviados para os países onde cometeram os seus abomináveis crimes, para aí serem julgados e castigados de acordo com as leis destes países livres, e dos governos livres que aí serão formados».

Hoje, a RFA, que sempre manteve em liberdade a maioria dos criminosos nazis acolhidos no seu território, liberta alguns dos que teve que condenar, e dá guarda aos que escapam de outros países, recusando a extradição em nome do que diz estar (e não poderia estar) estipulado na sua Constituição.

Na sua política no que respeita a criminosos de guerra, ou criminosos fascistas responsáveis pela prática repressiva, a RFA não é caso único. O acolhimento de fascistas é coisa vulgar pelas capitais do imperialismo. De uma forma geral as forças da direita acarinham-nos e defendem-nos.

DIA NACIONAL DA ROMÉNIA

Na situação favorável criada pela grande ofensiva do Exército Soviético, o povo romeno, sob a orientação do Partido Comunista, reforçou a sua luta pela libertação da pátria e contra a tirania nazi e o regime fascista que Hitler impunha aos trabalhadores romenos, pois as classes dominantes gozavam de todos os privilégios.

Foi esta data vitoriosa que os trabalhadores e o povo romeno festejaram no passado dia 23 de Agosto, quando se completam 33 anos sobre o esmagamento do nazismo.

A grande ofensiva do Exército Soviético, que possibilitou ao povo romeno redobrar os esforços na

Os Estados Unidos, invocando clinicamente, e como é já norma sua, os direitos humanos, são o grande refúgio para toda a casta de criminosos e agentes da reacção. Refúgio e viveiro. Nguen Ngok Loan, chefe da polícia do regime terrorista de Saigão na guerra do Vietnam, responsável e executor de muitos e muitos assassinatos de patriotas vietnamitas, por exemplo, vive hoje calmamente perto de Washington, onde governa bem a sua vida como proprietário de um restaurante.

A libertação de criminosos contra os interesses dos povos, dá a medida dos interesses defendidos pelas forças no poder e reflecte o estado do seu aparelho judicial. Assim, na RFA, e de acordo com um inquérito feito em 1974, pelo menos 170 juristas que serviram o regime hitleriano exercem hoje as funções de juiz ou de procurador. E é natural que esses cargos se esforcem por defender e libertar os seus comparsas na prisão.

Mas a libertação de criminosos fascistas não é só uma inqualificável ofensa às vítimas torturadas e mortas nas suas mãos, aos povos cuja liberdade momentaneamente liquidaram ou durante longos períodos de tempo sufocaram: A sua libertação reflecte-se também no presente e no futuro. Porque constitui um estímulo — pela promessa de impunidade — à actividade fascista e terrorista. Porque fornece bases de apoio a essa mesma actividade criminosa.

Klement Druschke, criminoso de guerra nazi, ontem da Gestapo, vive hoje, calmamente, na RFA, com um hotel em Heidelberg. Um hotel onde, outrora, Hitler falou muitas vezes. E onde hoje se realizam reuniões nazis. Sob a protecção das autoridades da RFA.

Herbert Kappler, como Klement Druschke, são um exemplo. Um exemplo a divulgar, a alertar consciências. Porque deixa claro o que significa «democracia» e «direitos humanos», num país onde os criminosos nazis são defendidos e os democratas, os comunistas, perseguidos. A estes não são dados hotéis para exploração, mas são-lhe retiradas as possibilidades de trabalho.

Kappler e Druschke, entre muitos outros, são um exemplo. Porque aqui, em Portugal, onde o governo proclama que a RFA é um modelo de «socialismo em liberdade», também criminosos fascistas são libertados. E se mantêm um aparelho judicial em parte intacto, por isso cúmplice.

OS direitos humanos nos EUA

Na Declaração Universal dos Direitos do Homem, subscrita pela maior parte dos países do mundo, está bem claro que todos os indivíduos têm inalienável direito ao trabalho, à protecção social e à liberdade. Os Estados Unidos da América, que subscreveram a referida Declaração, têm-se esforçado para surgir aos olhos do mundo como os mais indefectíveis paladinos dos direitos do homem, não hesitando empenhar toda a sua formidável máquina de propaganda a trinar gorgeios por um qualquer "dissidente" socialista, promovendo-o a "génio perseguido" nos "regimes totalitários" e esquecendo, grosseiramente, que tais "dissidentes" até podem vir "dissidir" à vontade para os países que os acolham, sem que alguém os impeça. É evidente que os "dissidentes" não servem para demonstrar que nos países socialistas não se respeita o direito ao trabalho porque, invariavelmente, tais "avis raros" saem da pátria para fugir ao dito trabalho, seduzidos pelos chorudos proventos que uma rápida traiçãozinha lhes proporciona...

Vejamos, isso sim, é como os direitos do homem são defendidos no próprio país seu "indefectível defensor", os Estados Unidos da América.

Segundo os dados da secretaria de Estado do Trabalho dos EUA estão sem trabalho 6,8 milhões de pessoas; a este número há a acrescentar algures milhões de indivíduos que, segundo os cálculos dos sindicatos, apenas têm jornadas incompletas de trabalho.

O problema do desemprego reveste-se duma



Desenho de Huez no «Gramma»

gravidade particular entre a juventude, no Verão e após o encerramento do ano escolar, altura em que se juntam ao número de desempregados centenas de milhares de jovens.

Vejamos agora a protecção social e a liberdade. — O jornal «National Catholic Reporter», de Kansas City, iniciou a publicação e reportagem sobre a ampla campanha das autoridades, que pretendem forçar as mulheres indias à esterilização.

— O médico índio da tribo Cherokee, K. Luri, fez uma pesquisa nas zonas de "reserva", constatando que o chamado Serviço de Saúde do Governo para Índios (Indian Health Service) obriga as famílias indias à esterilização; no caso de recusa, correm o risco de ficar privadas de subsídios da previdência social, bem como de terem os filhos retirados do convívio dos pais.

Uma geração marginalizada

O desemprego é peça integrante do sistema capitalista.

De acordo com os cálculos da OIT, o número total de desempregados nos 23 países capitalistas industrializados é actualmente de 18 milhões. O que significa um acréscimo de 5 milhões de desempregados durante um ano. Na Europa Ocidental o desemprego abrange 5% da população activa, atingindo 5,3% na Inglaterra, 8,2% na Bélgica, 5,2% na França, 9,8 na Irlanda e 6,2% na Itália. Nos Estados Unidos a percentagem é de 7,5%.

A juventude é a camada da população mais afectada pelo desemprego. Na prática o capital rejeita a nova geração como "superflua". O que é a mais clara condenação do sistema. Um indicio inequívoco do seu carácter anacrónico, caduco.

No mundo capitalista, um terço dos desempregados são jovens, atingindo, nalguns países, proporções ainda mais dramáticas: em França 50% dos desempregados têm de 16 a 25 anos. Na CEE, em 5,2 milhões de desempregados, mais de 2 milhões têm menos de 25 anos. Naturalmente prevê-se o agravamento desta situação no Outono, quando uma nova vaga de jovens tiver concluídos os seus cursos, e encontrar fechadas todas as portas da vida produtiva e da actividade social, numa monstruosa dilapidação de recursos, que só um sistema caduco pode admitir.

Este o quadro sumário da situação: Estados Unidos: Cerca de 5 882 000 Jovens desempregados com menos de 25 anos, segundo os dados oficiais. O «World Magazine» calcula que um terço dos 44 milhões de jovens do país estão no desemprego.

Japão: 1 250 000 desempregados, dos quais um quarto são jovens.

RFA: Um milhão de desempregados recenseados. 400 000 são jovens.

Grã-Bretanha: 400 000 jovens desempregados, a que se prevê se juntem dois terços dos 150 000 em vias de abandonar a escola.

França: 700 000 jovens desempregados.

Itália: Mais de um milhão de jovens desempregados. Em Roma, 100 000 das 160 000 pessoas que procuram trabalho, sem o encontrar, são jovens.

Uruguai: em causa o fascismo, em causa o sistema capitalista

O Uruguai é um país fascista. E a propaganda do capital esforça-se normalmente por apresentar o fascismo como nada tendo a ver com o sistema capitalista. Mas os números que nos falam do custo de vida, dos salários, dos lucros das grandes empresas, reflectem os mesmos problemas que são sentidos na CEE, no Japão ou nos EUA. Abstraí-se o refinamento da repressão, as taxas mais elevadas de exploração e teremos o mesmo quadro. Porque o sistema é o mesmo, e a pobre capa da democracia burguesa não o pode disfarçar.

No primeiro semestre de 1977, e segundo as estatísticas oficiais, o custo de vida aumentou em 30%. A subida dos preços da alimentação é responsável por cerca de metade do aumento do índice geral. Estes números reflectem-se, naturalmente, no poder de compra da população. 80% por cento do Povo uruguaio tem vindo a reduzir incessantemente os seus consumos no decurso do último triénio.

Entretanto, o consumo de cada elemento pertencente ao grupo populacional que aufer maiores rendimentos é triplo do de qualquer elemento pertencente ao grupo de menores rendimentos.

Entretanto, os monopólios estrangeiros, que exploram as riquezas e o trabalho do Povo do Uruguai, obtêm elevados lucros. Assim, a Coca-Cola obteve este ano uma rentabilidade de 1 112%, a FUNSA (Fábrica Uruguaia de Pneumáticos) 140,9%, o Frigorífico Modelo 332,5%, a Fábrica U, de Sapatos 107%, a Fábrica N, de Papel 240%.

Esta a realidade do Uruguai. Mas não só.

República Popular de Moçambique

PLANIFICAR COM O POVO

A República Popular de Moçambique enfrenta neste momento uma questão central que surge sempre que se opta e se avança por uma via de progresso, dentro de uma perspectiva socialista: a planificação.

Foi este o tema central da última sessão, alargada, do seu Conselho de Ministros. E está também a base da realização da reunião de Nacala, de 21 a 22 de Julho, reunião efectuada entre o camarada Samora Machel, Presidente da República, e os governadores provinciais, e com a participação dos membros do Conselho de Ministros e das estruturas da Comissão Coordenadora do Programa, Comissão Nacional de Abastecimento e todos os directores provinciais de agricultura.

A reunião de Nacala estudou, em particular, a campanha agrícola, problemas de planificação, articulação entre estruturas locais e centrais, abastecimento e preços.

não pode ser feita ao nível dos gabinetes mas sim a partir do conhecimento concreto das necessidades do povo. Planificando com o povo criamos condições para que o povo organizado participe na gestão da vida económica.

O plano nacional deverá ser dividido em Plano Central e Planos Locais, devendo ficar incluídos no Plano Central a execução dos objectivos de alcance nacional, e nos Planos Locais os objectivos que interessam particularmente a uma certa região. A definição de sectores, empresas e instituições que deverão ficar ligados às estruturas centrais ou às estruturas locais, será feita pelo Conselho de Ministros após análise do Ministério de Desenvolvimento e Planificação Económica.

O desenvolvimento da planificação da economia, implica uma



Samora Machel: uma preocupação constante pelos contactos directos com o povo

melhor estruturação do aparelho de Estado. Tarefa que se situa em dois planos: necessidade de avançar na definição de competências e responsabilidades de cada um dos órgãos do aparelho de Estado; necessidade

de regulamentação e preenchimento das estruturas criadas.

Satisfazer as necessidades das largas massas do povo moçambicano, é o objectivo prioritário da política de abastecimento e preços. Essas necessidades referem-se sobretudo à alimentação, vestuário, calçado, artigos de higiene e de cozinha.

No combate à especulação — importante questão no domínio do abastecimento — foram definidas algumas medidas a tomar de imediato, como divulgação das listas de preços, publicação do Regulamento do Comércio Privado, revisão do sistema de importação de matérias-primas, estabelecimento de formas de controlo de preços de certos serviços.

A reunião de Nacala foi clara, entretanto, no sentido de que estes problemas só podem ser resolvidos com medidas de fundo: o estabelecimento de um programa nacional de abastecimentos, através da planificação das disponibilidades e da distribuição dos produtos e organização do consumo à escala nacional; a formação da Comissão Nacional de Preços e Salários, que permita o estabelecimento de preços únicos em todo o país.

A reunião de Nacala revela uma preocupação e uma necessidade: a planificação da economia nacional com vista a corresponder às necessidades populares. Palavras novas em Moçambique, só possíveis com a independência e a revolução. Para se avançar nesse caminho, conta-se com uma base e pede-se-lhe a multiplicação dos esforços: o apoio, a acção do povo moçambicano. A única base válida. Só possível quando se trilha um caminho certo.

orientação dos partidos de vanguarda dos seus respectivos países, a SED e a FREILIMO. Por outro lado, a FDJ e a OJM salientaram a actualidade e importância da Revolução de Outubro, o papel da União Soviética como pioneiro do progresso social e bastião da paz e do socialismo na luta revolucionária dos povos. Ambas as juventudes se comprometeram a contribuir para a causa comum e universal da paz.

A União Soviética e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe assinaram o primeiro acordo comercial por três anos. Para além da importação e exportação de mercadorias, está prevista a assistência e participação em feiras comerciais, bem como a organização de exposições.

CAMPANHA AGRÍCOLA

No que respeita à campanha agrícola para o novo ano, em que se procuram definir metas dentro do quadro de uma planificação, a reunião verificou ser o sector estatal o mais avançado na planificação, embora de momento a força principal e o peso maior na produção agrícola provenha ainda do sector familiar, prevendo-se medidas de apoio. No que se refere ao sector privado, foi decidida a elaboração obrigatória de planos, controlados pelo Estado, e que serão apoiados na medida da sua execução. Em todos os planos da produção agrícola, a reunião de Nacala destacou a importância do recurso às soluções populares para fazer frente aos problemas que se apresentam, não se ficando por princípio à espera que seja o Poder central a resolver tudo. Como destaca o documento final de Nacala: «A nossa luta provém e a experiência após a independência continua a provar que a nossa grande força e a chave das nossas vitórias encontra-se no recurso às soluções populares». Palavras só possíveis quando e onde se luta, com os trabalhadores, pelos interesses dos trabalhadores.

PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA

«A planificação não é uma técnica mas sim um modo de vida — afirma-se justamente no documento saído da reunião de Nacala. — Para que a planificação assente numa base realista ela deve ser realizada da base para o topo para que possa contar com soluções populares. A planificação

ESTRUTURAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO

O desenvolvimento da planificação da economia, implica uma

NOTÍCIAS DE ÁFRICA

Unificação da Guiné e de Cabo Verde

Realizou-se em Bissau uma reunião entre os governos da Guiné e de Cabo Verde. A primeira conferência inter-governamental entre os dois países teve como objectivo principal o reforço da unidade entre ambos os povos. O próximo Congresso do PAIGC tratará da unificação dos dois países.

Maputo: intercâmbio juvenil

Os representantes do Comité Central da organização da juventude da RDA, FDJ, e do Secretariado Nacional do Movimento da Juventude de Moçambique, OJM, assinaram em Maputo um acordo sobre a amizade e a cooperação entre as duas juventudes. Foi igualmente assinado um comunicado que reafirma que ambas as juventudes se guiam pela

Acordo comercial URSS — S. Tomé e Príncipe

A União Soviética e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe assinaram o primeiro acordo comercial por três anos. Para além da importação e exportação de mercadorias, está prevista a assistência e participação em feiras comerciais, bem como a organização de exposições.

PODER LOCAL

à venda o Nº 2

Revista de Administração Democrática



Emigrantes na Alemanha Federal: solidariedade com os trabalhadores alemães

TRABALHADORES EMIGRANTES EM FÉRIAS CONFRATERNIZAM COM COMPATRIOTAS

Encontros com emigrantes assinalaram neste último fim de semana iniciativas realizadas pelo PCP e pela CGTP, respectivamente em Alpiarça e Santo Tirso.

Promovida pelo PCP, a Festa do Emigrante em Alpiarça reuniu no parque daquela vila numerosos trabalhadores que vivem no estrangeiro e que não deixaram de acorrer à confraternização que lhes foi proporcionada.

Por seu turno, a CGTP/IN aproveitou a estadia entre nós de muitos milhares de trabalhadores emigrantes para realizar o "Dia do Emigrante". A reunião, que decorreu nas instalações da Escola Comercial e Industrial de Santo Tirso, procurou debater alguns dos problemas que os emigrantes encontram no estrangeiro e também que "não tenham uma pátria que seja uma madrastra para os trabalhadores", como assinalou um dos oradores

e delegado sindical da CGT francesa.

É de salientar que muitas outras iniciativas semelhantes se têm registado em diversos pontos do país, em todas elas se salientando a identidade de interesses entre todos os trabalhadores portugueses.

EM ALPIARÇA

A Festa do Emigrante, promovida pelo Partido Comunista, em Alpiarça, reuniu largas centenas de pessoas no parque do Camil, naquela vila. Muitos dos que acorreram à iniciativa do PCP eram trabalhadores portugueses que no estrangeiro procuram as condições de vida que o país não lhes proporcionou e não proporciona ainda.

De férias, em Portugal, muitos foram os emigrantes que ali se deslocaram com os

seus familiares participando no convívio animado que ocupou todo o dia de domingo.

No recinto do parque funcionou um mercado de produtos da indústria vidreira e da Reforma Agrária, e não faltaram oportunidades de fazer compras compensadoras.

Após o almoço, que foi motivo de confraternização, houve um programa de folclore com a participação do rancho infantil de Alpiarça.

A festa prolongou-se até à noite, tendo actuado a Filarmónica Alpiarcense e dois velhos artistas populares que ao som do acordeão animaram o baile, sempre de agrado dos mais jovens.

Na importante jornada de convívio com os emigrantes estes não deixaram de manifestar a sua preocupação em relação ao futuro de Portugal e foi com o maior interesse que seguiram a intervenção do camarada Joaquim Gomes nomeadamente no que respeita à situação dos emigrantes e que publicamos noutra local.

EM SANTO TIRSO

A União dos Sindicatos do Porto (USP) comemorou o Dia do Emigrante com uma sessão, no último domingo, no ginásio da Escola Comercial e Industrial de Santo Tirso.

Uma delegada sindical dos trabalhadores da indústria têxtil e membro do secretariado da CGTP-Intersindical Nacional, dirigindo-se aos trabalhadores, defendeu a construção de um país que possibilite a todos os filhos dos emigrantes "o trabalho e o nível de vida suficiente para uma existência digna".

Depois de referir que a CGTP-IN lutará para que "aquilo que obrigou milhões de portugueses a abandonarem o seu país desapareça de uma vez para sempre da nossa terra", aquela trabalhadora lembrou "os ataques a tudo o que de positivo foi conseguido pelos trabalhadores e pelo povo após o 25 de Abril".



Convívio, canções populares e actuação de ranchos folclóricos marcaram também a sua presença nesta sessão do Dia do Emigrante que, aplaudindo as palavras de um deles, acompanham "atentos e solidários os esforços e as lutas dos trabalhadores que aqui ficaram e que querem construir um futuro melhor".

«É o aumento dos preços — afirmou — é o congelamento de salários, a entrega de empresas aos sabotadores. São os ataques à Reforma Agrária e à Lei do Arrendamento". É a repressão

patronal, são os despedimentos, e outras prepotências que chegam até ao espancamento, a coberto "de leis antioperárias, inconstitucionais, cujo exemplo mais escandaloso é a lei de destruição da Reforma Agrária, do ministro Barreto".

Um trabalhador português, imigrado em França, onde é delegado sindical, usaria também da palavra, sublinhando a dado passo a importância insubstituível da organização sindical e da unidade dos trabalhadores na "empolgante tarefa da construção de uma pátria livre, democrática e socialista".

COMÍCIO-FESTA EM VALADA DO RIBATEJO

Organizada pela Comissão Concelhia do Cantaxo, do PCP, decorrerá no próximo domingo, dia 28, em Valada do Ribatejo, uma grandiosa jornada de convívio popular, cujo programa inclui um comício a partir das 18 horas.

Depois de um almoço de confraternização, haverá entre outras iniciativas, um leilão de vários objectos oferecidos ao Partido (há muitos atractivos...) e um espectáculo com o Grupo de Canto Livre de Torres Novas, que prosseguirá após o comício.

FALECEU UM EMIGRANTE COMUNISTA

Vítima de um desastre de automóvel, faleceu, em Portugal, no passado dia 11, o camarada Mário da Silva Carvalho, de 39 anos, emigrante em Iserlohn, na RFA.

O acidente ocorreu no início da sua viagem de regresso àquele país, depois de um período de férias em Portugal.

Mário Carvalho era militante

dedicado, cujo desaparecimento veio surpreender todos os que o conheceram e que com ele trabalharam.

Aos familiares e amigos do comunista desaparecido, o colectivo do "Avante!", expressando os sentimentos de todos os militantes e simpatizantes do PCP, apresenta sentidas condolências.

O PCP E OS EMIGRANTES

Na Festa do Emigrante em Alpiarça, o camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, pronunciou um importante discurso de que destacamos a parte relativa aos problemas da emigração.

Vai passando o tempo em que os escribas fascistas tentavam apresentar o fenómeno emigração como uma tendência natural dos portugueses, chegando ao ponto de pretender justificar historicamente tais tendências num aventurismo que corria nas veias de cada português.

É evidente que tal versão do fenómeno emigratório é uma falsificação completa. Esta explicação visava simplesmente esconder aos olhos do povo português, e até do estrangeiro, as causas principais da emigração portuguesa, que como todos nós sabemos foram e em parte ainda são, o baixíssimo nível de vida, o abandono a que foram votadas as populações do interior, a exploração desenfreada a que foram submetidos os trabalhadores de Norte a Sul do país, a opressão e repressão violentíssimas que caíram em cima de populações inteiras, o obscurantismo, a ausência total de liberdades para os trabalhadores e o povo português. Enfim, 48 anos de fascismo!

Amigos, durante os reinados de Salazar e Caetano, os emigrantes portugueses eram apreciados não pelo esforço despendido em terra alheia, mas somente pelo montante das divisas que faziam entrar no país. Para os fascistas, para a reacção em geral o que conta não são os homens e os seus problemas, o que conta são os lucros que proporcionam enquanto podem trabalhar. Por isso o desprezo dos governantes fascistas pelos portugueses emigrados, pelos seus problemas de toda a ordem era total.

Depois do 25 de Abril parecia ter-se aberto finalmente a possibilidade para todos os portugueses de poderem trabalhar, se assim o entendessem, na sua própria terra. De poderem contribuir para o progresso do país e o bem-estar, de todos os portugueses. Porém, a política de recuperação capitalista, de destruição das principais conquistas da Revolução, designadamente a R. Agrária, o controlo operário, a lei das indemnizações, a subordinação ao imperialismo, tornam mais problemática esta justa aspiração.

A política que tem vindo a ser seguida especialmente a partir do VI Governo Provisório e mais concretamente pelo governo minoritário PS, não apontou nem aponta para uma solução justa daquilo que tanto preocupa os emigrantes portugueses. Bem pelo contrário. Tudo tende a que se continue a arrastar e a iludir as esperanças desses trabalhadores.

O problema do ensino da língua portuguesa aos filhos dos emigrantes arrasta-se desde o fascismo! Isto é uma das demonstrações mais significativas do desprezo da burguesia e da reacção pelos problemas dos trabalhadores emigrados.



Escrevem-se páginas e páginas na imprensa estatizada e de direita a realçar o portuguêsismo dos emigrantes. Conta-se com o seu dinheiro para pagar as escandalosas importações como automóveis de alto preço, objectos de luxo e supérfluos para regalar os grandes capitalistas e exploradores do nosso povo. Entretanto, regateiam-se, ou recusam-se mesmo, uns milhares de contos para pagar a professores portugueses que vão ensinar a língua materna a milhares e milhares de crianças que por isto correm o risco de perder os laços que mais as podiam prender à mãe Pátria.

Há outras reivindicações dos emigrantes que deviam ser tidas em conta tais como: a isenção de taxas alfandegárias sobre as viaturas dos que regressam definitivamente ao país; transporte gratuito dos corpos dos trabalhadores portugueses falecidos no estrangeiro; abolição da taxa militar aos desertores e refractários; transportes eficientes e confortáveis de e para Portugal.

Estas e outras reivindicações poderiam ser resolvidas com relativa facilidade se se estivesse interessado em praticar uma política voltada para a solução destas justas aspirações. Se os emigrantes fossem encarados como verdadeiros portugueses e não como simples máquinas de produzir divisas e mais-valia para os seus exploradores externos e internos.

A descarada tentativa do governo francês visando burlar dezenas de milhares de portugueses, é um exemplo flagrante de como os trabalhadores emigrados são deixados sem qualquer espécie de protecção.

O chamado «Plano Barre», «oferece a cada trabalhador emigrado 10 000 francos para que ele regresse definitivamente ao seu país de origem. Estes 10 000 francos são apresentados como uma oferta generosa, quando na realidade se trata de uma burla cinicamente calculada.

A oferta do governo francês não representa nem de longe aquilo que qualquer trabalhador que fique em França pode receber durante um ano, mesmo não tendo trabalho.

Mas, camaradas, não obstante tal proposta ser

altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores emigrados em França, até agora nem uma só voz oficial se fez ouvir contra tal plano. Esta atitude do actual governo é mais uma consequência da sua subordinação aos monopólios europeus e talvez mesmo, porque não, mais uma condição para a entrada na CEE.

O chamado plano Barre, se aplicado, será profundamente prejudicial não apenas aos interesses de centenas de milhares de portugueses emigrados em França, mas também aos interesses nacionais.

Amigos, camaradas. A política do Partido Comunista em relação à emigração tem sido sempre perfeitamente clara. A nós, comunistas, não nos movem outros interesses que não sejam os dos trabalhadores, do povo e do país.

No caso específico da emigração lutaremos para que a Constituição não seja letra morta. Lutaremos para que o n.º 2 do artigo 44.º da Constituição seja aplicado. Isto é, seja assegurado a todos os cidadãos portugueses não apenas o direito de emigrar, mas o «direito de regressar».

O desejo dos portugueses, mesmo os que tiveram que procurar em terras estranhas os meios de subsistência, é regressarem ao seu país natal, darem a sua contribuição para que a mãe Pátria a todos acolha com iguais possibilidades de viver condignamente.

Nós, comunistas, pensamos que aos trabalhadores emigrados que querem regressar, deve ser assegurado trabalho. O governo e o Estado devem ter a preocupação de resolver no terreno prático os problemas de cada português que se encontra em dificuldades no estrangeiro, ou que regressa ao país. O que se não deveria admitir é que os grandes exploradores da «Europa Connosco», que amassaram fortunas fabulosas com o suor, o sangue e as lágrimas de centenas de milhares de portugueses, se desfaçam destes mesmos trabalhadores como de objectos inúteis. Um governo que defendesse os interesses dos emigrados não permitiria a aplicação do plano Barre, quanto mais não fosse pela defesa da dignidade dos trabalhadores portugueses.

UMA VELHA CAMARADA QUE DESAPARECE



Faleceu no dia 15 de Agosto, uma muito antiga militante comunista, Alberta Blanco Alvarez Simões, que contava 82 anos de idade e inúmeros de dedicação ao Partido. O anúncio da sua morte veio entristecer todos quantos se lembram da sua ajuda nos tempos da clandestinidade e tantos outros camaradas que a conheceram já depois do 25 de Abril. A falecida camarada estava inscrita no Centro de Trabalho da Graça onde se pensava mesmo organizar uma homenagem a esta amiga, que a morte, porém, já não deixou realizar.

Na sua casa se refugiaram muitos comunistas e ela e o companheiro, também já falecido, os recolhiam das ameaças dos fascistas. Nos últimos tempos da sua vida, a camarada Alberta, já impossibilitada de falar, seguia ainda atentamente os acontecimentos políticos do nosso País, pela libertação do qual lutou ao nosso lado. Recordemo-la comovidamente.



• Assembleias das organizações • A luta contra o esquerdismo. Algumas experiências no distrito de Setúbal • A festa do «Avante!» 77. Grande realização política, cultural e recreativa de massas • Lutemos paciente e persistentemente para que todos os camaradas cumpram as condições para se ser membro do partido • Importante reunião do Comité Central — «O PCP perante a nova e perigosa fase da democracia portuguesa».

Preço: 5\$00



Emigrantes em França: o «Plano Barre» não serve os seus interesses